

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ
ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Daniela da Silva

REFLEXÕES SOBRE UMA VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE EM
TEMPOS DE PANDEMIA:
Uma análise do ciclo de encontros entre a Rede ASA e a Fiocruz

Brasília
2023

Daniela da Silva

REFLEXÕES SOBRE UMA VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE EM
TEMPOS DE PANDEMIA:

Uma análise do ciclo de encontros entre a Rede Asa e a Fiocruz

Dissertação apresentada à Escola Fiocruz de
Governo, como requisito parcial para obtenção
de título de mestre em Políticas Públicas em
Saúde. (Saúde, Ambiente e Trabalho).

Orientador: Prof. Dr. Jorge Huet Mesquita
Machado

Co-orientador: Prof. Dr. Caetano D'Carli

Brasília
2023

S586r Silva, Daniela da.
Reflexões sobre uma vigilância popular em saúde em tempos de
pandemia : uma análise do ciclo de encontros entre a Rede ASA e a Fiocruz
Brasília / Daniela da Silva. -- 2023.
122 f. : il.color, fotos, mapas.

Orientador: Jorge Huet Mesquita Machado.
Coorientador: Caetano D'Carli.
Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) -
Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, Escola de Governo
Fiocruz Brasília, Brasília, DF, 2023.
Bibliografia: f. 99-108.

1. Semiário Brasileiro. 2. Vigilância em Saúde Pública. 3. COVID-19. I.
Título.

CDD 614

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Livia Rodrigues Batista - CRB-1/3443
Biblioteca Fiocruz Brasília

Daniela da Silva

Uma análise do conteúdo do processo de formação dos Ciclos de Encontros fomentado entre a Rede ASA e a Fiocruz: Vigilância Popular em Saúde em Território Saudáveis e Sustentáveis em tempos de pandemia.

Dissertação apresentada à Escola de Governo Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas em Saúde, na linha de pesquisa Vigilância e Gestão em Saúde.

Aprovado em 21/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

- P/ Dr.(a) Alexandre Pessoa Dias (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília)
1º(a) Examinador(a)
- P/ Dr.(a) Idê Gomes Dantas Gurgel (Fiocruz Instituto Aggeu Magalhães)
2º(a) Examinador(a)
- V/ Dr.(a) Jorge Mesquita Huet Machado (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília)
Presidente da Comissão Examinadora (Orientador(a))
- P/ Me. Caetano De' Carli Viana Costa (Universidade Federal do Agreste de Pernambuco)
Coorientador(a)
- P/ Dr.(a) André Luiz Dutra Fenner (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília)
suplente
- P/ Ma. Gislei Siqueira Knierim (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília)
suplente

*Dedico essa dissertação a todos e todas que lutam por um Semiárido mais digno e sobretudo às
pessoas que lá vivem.*

*Dedico também à minha família, em especial Henrique, companheiro de vida e de luta; ao meu filho
Vinícius que tanto tem me ensinado, e a Midian, minha mãe.*

*Àqueles que partiram para outro plano, que são totalmente responsáveis pelo que sou hoje: Gabriel
(in memória), Carminha (in memória), Marly (in memória) e Edval Marinho (in memória).*

E termino dedicando ao meu anjo de quem tanto sou grata, minha irmã Catarina.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo com um muito obrigada a todos e todas que torceram para a conquista desse mestrado nomeando mais diretamente algumas pessoas que foram fundamentais nessa caminhada.

A Antônio Gomes Barbosa, com sua sabedoria ímpar sobre o real significado de Convivência com o Semiárido do qual trago muitos aprendizados comigo, pessoa chave para que o processo de formação acontecesse. Obrigada por ser essa pessoa doce e rude nas horas certas, e que só me faz crescer.

A equipe técnica do P1+2 e da Fiocruz que participaram ativamente nesse processo de construção do Ciclo de encontros: Júlia, Maitê, Juliana, Ricardo, Cláudio, Ana Cláudia, assim como Aletheia, Alexandre Pessoa, Fabiana Vaz e Jorge.

A Gislei, que vem me incentivando a estudar desde a especialização ao mestrado, e que contribuiu bastante para que eu seja a profissional que sou hoje.

A todos e todas da rede ASA e, em especial, a Naidson de Quintela Baptista um grande educador popular de olhar sensível e pessoa fundamental na construção dos processos formativos dessa rede.

A todos e todas da Fiocruz e, em especial, a André Fenner e Virgínia por sempre estarem disponíveis a me ajudar e claro ao meu querido orientador Jorge Machado, que tem contribuído muito com a minha caminhada e aprendizados.

Ao amigo de luta e Co Orientador, Caetano, pelas observações construtivas e pela paciência.

Para a minha família, a quem não só dedico essa dissertação como também dou meu muito Obrigada por estar sempre ao meu lado: Henrique, Vinícius, Midian, Catarina, Inês, Silvino, Guilherme, sobrinhos e sobrinhas e a Frederica.

Para a amiga e revisora dessa dissertação Mícarla; e a Verônica e Ricardo pelas contribuições ao meu produto final.

E termino por agradecer as amigas e amigos de vida: Ana Maria, Marleide, Franci, Carol, Aninha, Núbia, Alba, Rakuel, aos Alexandres (Pires e Conceição), e tanta gente que por meu caminho passou e que me faz tão feliz.

E um salve muito especial a toda equipe do P1+2.

*“Somos o que fazemos, mas somos,
principalmente,
o que fazemos para mudar o que somos.”
(Eduardo Galeano)*

RESUMO

O propósito da presente dissertação é trazer uma análise sobre o processo de formação denominado Ciclo de Encontros: Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro – Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia, fomentado pela Articulação Semiárido Brasileiro – ASA e a Fundação Osvaldo Cruz – (Fiocruz), que teve por finalidade ser uma formação para ação ao enfrentamento da Covid-19, tendo como público-alvo os técnicos e técnicas da Rede ASA e outros atores que atuam no território do Semiárido como: Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Endemias e Secretárias de Saúde, Mestrandos e Mestrandas da turma Especial em Políticas Públicas em Saúde da Fiocruz e a Rede de Médicos e Médicas Populares. O objetivo deste estudo é refletir sobre os ciclos de encontros como estratégia da Vigilância Popular em Saúde na perspectiva dos caminhos das águas que tem em sua centralidade a discussão do acesso à água como direito envolvendo a narrativa da Convivência com o Semiárido; o caminho dos alimentos na perspectiva da produção e consumo de alimentos saudáveis e por fim o caminho das pessoas no sentido do fortalecimento da ação em rede envolvendo diversos sujeitos que vivem e trabalham no território do Semiárido. A centralidade dessa reflexão foi alicerçada na educação popular Freiriana, na educação contextualizada e na pedagogia do cuidado tendo como método a vigilância popular em saúde pautada no conhecimento horizontal levando em consideração o protagonismo dos sujeitos e a formação de redes promovendo integração entre os saberes populares. Trata-se de uma pesquisa de estudo de caso qualitativo, usando como técnica de pesquisa a análise documental.

Palavras-Chave: Convivência com o Semiárido. Educação popular em Saúde. Vigilância Popular em Saúde e Covid -19.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to bring an analysis on the formation process called Cycle of Meetings: Healthy and Sustainable Territories in the Brazilian Semi-arid Region – Popular Health Surveillance in Times of Pandemic, promoted by the Brazilian Articulação Semiárido Brasileiro – ASA and the Osvaldo Cruz Foundation – (Fiocruz), which aimed to be a training for action to face Covid-19, having as a target audience the technicians of the ASA Network and other actors working in the territory of the Semi-arid Region such as: Community Health Agents, Agents of Endemias and Health Secreements, Master's students of the Special Class in Public Health Policies of Fiocruz and the Network of Popular Doctors and Doctors. The objective of this study is to reflect on the cycles of meetings as a strategy of Popular Health Surveillance from the perspective of *Waterways*, which has in its centrality the discussion of access to water as a right involving the narrative of Coexistence with the Semi-arid; the path of food from the perspective of the production and consumption of healthy food and finally the path of people towards the strengthening of network action involving several subjects who live and work in the territory of the Semi-arid. The centrality of this reflection lies on Freirian popular education, contextualized education and the pedagogy of care based on the method of popular health surveillance based on horizontal knowledge, taking into account the protagonism of the subjects and the formation of networks promoting integration between popular knowledge. This is a qualitative case study research, using documentary analysis as the research technique.

Keywords: Coexistence with the semi-arid region. Popular Health Education. Popular Health Surveillance and Covid-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Relato de experiência do povo Tremembé apresentado durante o Ciclo.....	38
Figura 2 Candeeiro.....	40
Figura 3 Mapa do Semiárido Brasileiro.....	43
Figura 4 Dados sobre o clima do SAB.....	46
Figura 5 Mapa da desertificação no semiárido brasileiro	48
Figura 6 Ocupação da Sudene.....	53
Figura 7 Webnário Os Impactos do Corona Vírus no Meio Rural do Semiárido.....	75
Figura 8 Primeiro dia da Formação para Ação 20/08/2020	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Materiais não escritos produzidos, antes e durante o processo de formação.....	34
Tabela 2 Materiais escritos produzidos antes e durante o processo de formação.....	34
Tabela 3 Participantes por categoria e gênero.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Etapas do projeto comercialização.....	72
Quadro 2 Temas e Conteúdos.....	81
Quadro 3 Perguntas Geradoras.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Perfil dos participantes.....	76
Gráfico 2 Perfil dos outros participantes.....	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa dos Participantes	86
Mapa 2 Localização dos Técnicos e Técnicas da Rede ASA	86
Mapa 3 Localização dos ACS.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS Agente Comunitário de Saúde
AP1MC Associação Programa 1 Milhão de Cisternas
ASA Articulação do Semiárido Brasileiro
AVS Agente de Vigilância em Saúde
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Campesino a Campesino
CENEPI Centro Nacional de Epidemiologia
COP3 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca da
COVID 19 Corona Virus Disease 2019
CNDSS Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde
DSS Determinantes Sociais de Saúde
EFA Escola Família Agrícola
FAO Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura
Fiocruz Fundação Osvaldo Cruz
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS Ministério da Saúde
P1MC Programa 1 Milhão de Cisternas
P1+2 Programa 1 Terra e Duas Águas
SAB Semiárido Brasileiro
SARS-coV-2 Severe Acute Respiratory Syndrome – Related Coronavirus 2
SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS Sistema Único de Saúde
SVS Secretária de Vigilância em Saúde
TSS Territórios Saudáveis e Sustentáveis
ONG Organização Não Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
OMS Organização Mundial da Saúde
PSAT Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho
OPAS Organização Pan-Americana de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 OBJETIVO GERAL.....	31
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
1.3 METODOLOGIA.....	32
1.3.1 Da análise documental.....	33
1.3.2 Da análise dos dados.....	35
1.3.2.1. <i>Matriz de planejamento (Anexo A)</i>	36
1.3.2.2 <i>Gravações dos encontros de formação (Anexo C)</i>	37
1.3.2.3 <i>Material produzido no tempo comunidade</i>	38
1.3.2.4 <i>Trabalho final</i>	39
1.3.2.5 <i>Do produto da pesquisa</i>	39
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS	42
2.1 DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO AO BEM VIVER.....	42
2.1.1 O Território Semiárido e suas peculiaridades.....	42
2.1.2 Convivência Com o Semiárido: mais que uma narrativa, uma forma de viver.....	50
2.1.3 Territórios Saudáveis e Sustentáveis na perspectiva da Convivência com o Semiárido.....	57
3 VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE: UM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO POPULAR	62
3.1 OS CAMINHOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE : CONTEXTO HISTÓRICO.....	62
3.2 VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE.....	67
4 FORMAÇÃO PARA AÇÃO: CICLOS DE ENCONTROS COMO FERRAMENTA AO ENFRENTAMENTO À COVID-19	71
4.1 METODOLOGIA DO CICLO DE ENCONTROS – FORMAÇÃO PARA AÇÃO.....	76
4.2 OS ATORES E AS ATRIZES PARTICIPANTES DO CICLO DE ENCONTROS.....	83
5 DISCUSSÃO E RESULTADOS	88
5.1 O CAMINHO DAS ÁGUAS.....	89
5.2 O CAMINHO DOS ALIMENTOS.....	91
5.3 O CAMINHO DAS PESSOAS.....	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99

ANEXO A — MATRIZ DE PLANEJAMENTO DO CICLO DE ENCONTROS.....	109
ANEXO B — PROTOCOLO DA ORGANIZAÇÃO ASAMIL BAHIA.....	112
ANEXO C – LINKS DOS ENCONTROS DO CICLO.....	119
ANEXO D – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	120
ANEXO E – AUTORIZAÇÃO DA APIMC.....	121
ANEXO F – AUTORIZAÇÃO FIOCRUZ.....	122

Prazer, sou Daniela.

Minha ciranda não é minha só, ela é de todos nós. A partir desse trecho da música de Lia de Itamaracá, pequena ilha do litoral de Pernambuco, estado onde nasci e vivo, que começo a contar um pouco dessa pretensa pesquisadora que de mãos dadas com tanta gente ousa construir um mundo mais digno e justo para todos e todas.

Sou mulher, preta, filha de empregada doméstica, neta de avó preta analfabeta e pobre, e assim seguimos até hoje, apenas com uma pequena mudança de percurso da história: sou a única dessa família que conseguiu terminar uma graduação e fazer o mestrado. Por certo tive meus direitos garantidos ao longo dessa caminhada, pude ter acesso à escola de qualidade e uma vida digna, porém a ciranda da vida me cantava que algo estava fora do lugar, estar em lugares que outras de mim não estavam, ou que minha mãe não poderia estar, foi a luz de alerta que iluminou meu caminho.

Não à toa escolhi como graduação o curso de História, e foi a partir do conhecimento dos processos históricos que passei a entender onde eu estava e por onde deveria seguir. Finalmente eu tinha uma explicação de que a luta de classe é o motor da história e foi a esta luta que me somei, iniciando meus primeiros passos, desconfiados, dentro do setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde tive a oportunidade de aprender sobre outros mundos que me deixavam mais confortável e onde eu podia dividir angústias e traçar novos caminhos.

Durante muitos anos, a luta pela terra me atravessou. Sou uma militante desta causa que, junto a outras lutas, me deixaram mais forte. Na ciranda da vida, eu me somei a outras mãos que lutam por melhores condições em uma das regiões mais lindas desse Brasil, porém marcada pelo descaso e abandono de uma gente: é do eco da dor dos vivem nos

SERTões que me desprendo e me dou para contribuir como posso para um Semiárido belo e mais digno.

Ser militante da Convivência do Semiárido me trouxe vários desafios que vão desde o conhecimento mais profundo dessa região, já que sou do litoral e minha militância até então estava na zona da mata de Pernambuco. O Sertão era um lugar novo para mim, e o Sertão com a roupa do Semiárido se mostrava ainda mais novo. Eu fui desafiada a olhá-lo com outras lentes, pisar naquele chão com cuidado e delicadeza, escutar o que sua gente dizia e como vivia, ouvir cada história de vida que mudou a partir da conquista da cisterna, da casa de sementes, do galinheiro, do canteiro produtivo, do Bolsa família, do Auxílio-maternidade, e de outras políticas públicas de simples acesso que mudaram por completo as vidas das pessoas e a paisagem dessa região.

Sou muito feliz em fazer parte dessa história, de ser militante e trabalhadora da Articulação Semiárido Brasileiro, que me permitiu ser uma pessoa melhor, e assim já se vão 13 anos trabalhando por um Semiárido mais digno.

O segundo grande desafio foi voltar a estudar para um lugar que nunca achei que poderia ser meu. O mestrado não era para mim até ouvir tanto sobre violência simbólica¹, algo sempre falado por Barbosa, meu coordenador na profissão e amigo de vida, que tem uma parcela gigante nessa minha decisão de voltar a estudar, sobretudo com o olhar voltado para o território do Semiárido. Lançado o desafio, eu começo em 2017 a especialização pela Fiocruz, com o intuito de registrar como as mulheres do Semiárido promovem saúde a partir das plantas medicinais cultivadas nos canteiros produtivos.

A partir daí, eu caminhei para o mestrado, que teve o seu processo seletivo iniciado em 2019 e o começo das aulas em 2020, um ano desafiador para todos nós. Tivemos ao longo desse período apenas uma aula presencial, o isolamento social nos forçou a realizar

¹“A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer”.

as aulas de forma virtual, carregadas de angústias, dores pelas perdas dos nossos, vendo e ouvindo nossos territórios sobreviverem da força da solidariedade e do amor. Não à toa a maioria dos nossos trabalhos caminharam nas trincheiras da luta e das estratégias do enfrentamento da Covid-19, do adoecimento mental e do fortalecimento dos territórios.

Para todos nós, que formamos essa grande rede chamada ASA, não foi diferente: a angústia se fez presente e por alguns momentos ficamos sem saber o que fazer. Porém, o nosso povo é resiliente, forte, e cria às estratégias de sobrevivência que sempre fez ao longo de tantos anos. Os relatos dos cuidados e da solidariedade foram se transformando em notícias boas e acalentadoras, porém ainda tínhamos muito trabalho para ser feito. O retorno a campo era de fundamental importância e desafiador naquele momento.

O que fazer, como fazer e com quem fazer foram a trilha sonora dessa grande ciranda que deu origem a um processo de Formação para Ação de mãos dadas com a Fiocruz, com as organizações que formam a Rede ASA, com os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, com as pessoas que formam esse mestrado e com aquelas que vivem em seus territórios e que trouxeram seus relatos de como estavam vivendo o momento pandêmico.

É dessa grande roda de troca de saberes que o objeto da minha pesquisa trata, da temática que nomeamos de Ciclo de Encontros: Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro: Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia.

Fiz parte de todo o processo de construção pensado conjuntamente com todos e todas da equipe pedagógica formada pela equipe técnica da ASA, e por integrantes da Fiocruz, o que me torna também parte dessa observação. Refletir sobre os temas abordados, dando luz ao caminho das águas, dos alimentos e das pessoas, usando como método a Vigilância popular em Saúde e a educação popular, foi um dos elementos motivacionais para esta dissertação.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como alicerce as estratégias utilizadas pelas Organizações não Governamentais (ONG's) da Rede Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), durante o período da maior crise sanitária mundial, a pandemia do SARS-COV-2², que ficou conhecida como Covid-19, tendo como público-alvo técnicos e técnicas que acompanham as famílias no território do Semiárido e profissionais da saúde, com o intuito de construir relações comunitárias com o Sistema Único de Saúde (SUS).

No Brasil, país de dimensões continentais, a pandemia atingiu ricos e pobres, pretos e brancos, populações tradicionais, quilombolas, dentre outros, de maneira diferente impactando sobretudo as populações em situação de vulnerabilidade tanto da cidade como as dos Campos, Florestas e das Águas expostas aos fatores de riscos à saúde.

Durante a pandemia, as gritantes desigualdades sociais entre os brasileiros têm se refletido em inaceitável excesso de mortes entre mulheres, pobres, negros e indígenas, nortistas e nordestinos em relação aos ricos, brancos e centro sulistas, o que decorre de processos de determinação social do processo saúde doença e de diferenças entre as ofertas de leitos públicos e de leitos privados. (1)

As condições de saúde das pessoas estão atreladas às formas de como se vive, entendendo aqui saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade como já protagonizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Dessa forma, o conceito de Determinantes Sociais de Saúde (DSS), que são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de saúde e seus fatores de risco à população (OMS), são os condicionantes para um estado pleno de bem-estar.

² Vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19.

O desequilíbrio desses fatores, que ocasionam profundas injustiças sociais e situações de iniquidades sociais e por conseguinte iniquidades em saúde, contribuíram para o agravamento da Covid-19 no Brasil. Não por acaso os primeiros casos da doença no país foram atribuídas a uma funcionária do lar, segundo Silva, 2021 a doença atingiu inclusive povos indígenas, comunidades quilombolas e populações ribeirinhas, sendo que a letalidade nesses grupos tem sido superior à média nacional. (2)

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a reportar a doença, em 25 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo; até o dia 17 de abril haviam sido confirmados 33.962 casos de Covid-19 e 2.141 óbitos pela doença, com 6,4% de letalidade. (3)

Mesmo diante do rápido avanço da pandemia, o Governo Federal a tratou como um fator menor, atribuindo a Covid a uma *gripezinha*, com total menosprezo e negligenciando ações básicas de enfrentamento à pandemia como: distanciamento social e uso de máscaras, justamente em um momento no qual mais do que nunca era necessária a implementação de políticas sociais efetivas e amplas. Aliado a isso, surgem grandes desafios relacionados à abundância de informações, sejam elas precisas ou não, que dificultaram o acesso das pessoas a fontes e orientações confiáveis, prejudicando a eficácia da resposta à saúde pública. (4)

Nesse contexto, o SUS cumpriu um papel fundamental no enfrentamento da pandemia. Até então, visto como sucateado e tendo como única salvação a privatização, porém diante do momento de pandemia o SUS passa a ser ressignificado, sendo valorizado positivamente quase que diariamente, registrando-se depoimentos em sua defesa, vindos de bocas e lavras nas quais jamais estiveram presentes. (5)

A pandemia reforçou o que já se sabia, que as ações de promoção à saúde devem ser articuladas com a comunidade, reforçando a intersetorialidade e fortalecendo a participação social e o comprometimento da equidade, sendo estratégias de enfrentamento a essa situação nas relações com os territórios e as pessoas.

O Semiárido é morada de povos e comunidades detentoras de saberes tradicionais e inúmeras formas de autoidentificação coletiva que tem práticas diversas no trato da sua saúde, seja para enfrentar seus processos de adoecimento, seja para promover e cuidar da saúde, no uso de práticas tradicionais ou holísticas: “plantas medicinais, sementes crioulas, rezas, benzimentos, erveiros, raizeiros, homeopatia, terapia comunitária, parteiras, entre outros.

Apesar dessa diversidade de cuidados sobre as condições de vida e saúde da população do campo se revelam situações de iniquidade quando comparadas à população urbana. Dados sobre as condições de vida e saúde da população do campo, de acordo com último IBGE, 59,1% os brasileiros e brasileiras vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza na região nordeste, destes mais da metade (52%) vivem em áreas rurais da região. (6)

A população do Semiárido Brasileiro, denominada ao longo da história de sertanejas ou sertanejos, não fugiu a essa regra. Delimitada pelos estados do Norte de Minas Gerais ao Maranhão, teve sua constituição história marcada pela ocupação desordenada do território, períodos longos de estiagem, grandes concentrações de terras, políticas públicas inapropriadas à região e concentração do poder na mão das oligarquias locais. Todos esses fatores contribuíram para formação do imaginário desse território como inóspito, impossível de viver e de poucas possibilidades, tanto sociais como econômicas.

A mudança da imagem desse Sertão, envolvendo todas as características mencionadas, vem há décadas sendo ressignificada pelos atores regionais como forma de contrapor e superar as práticas clientelistas do Estado de combate à seca, substituindo-a pela noção de Convivência com o Semiárido, foco de ações de diversas organizações civis e que vem sendo gradativamente incorporada às políticas públicas (7) Sendo assim, ao longo dessa dissertação, mencionarei para contrapor ao imaginário do Sertão de chão rachado a palavra

Semiárido, e para as práticas e formas de bem viver nesse território por Convivência com o Semiárido.

A narrativa da Convivência com o Semiárido ganha contornos mais bem definidos a partir da década de 90 com a formação de uma rede de organizações, formada por entidades atuantes no território, que realizavam trabalhos utilizando práticas apropriadas para a região e não aceitavam a naturalização da miséria e a fome.

Essa rede se materializa em 1999 e passa a se chamar de Rede da Articulação do Semiárido Brasileiro (Rede ASA), que formula e lançam a Declaração do Semiárido, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca das Organizações das Nações Unidas, conhecida como COP3 em Recife-PE, onde afirmava-se que a Convivência com as condições adversas desse território, ao contrário do que protagonizava a política de combate à seca, seria viável.

Sendo assim, essa Declaração aponta medidas estruturantes para o desenvolvimento sustentável da região, propondo a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas, fundamentado em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais; e a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

Duas ações são de fundamental importância para a garantia da permanência e vida das pessoas nessa região calcada no Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido, executado pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas, AP1MC, personalidade Jurídica da rede, criado em 2003.

A primeira dessas ações é o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), destinado a garantir água de beber e cozinhar a partir do estoque de água armazenado em cisternas com capacidade de 16 mil litros; e a segunda ação é o programa que garante água

para produção e criação animal chamado Uma Terra e Duas Águas (P1+2), com armazenamento de água de 52mil litros.

Todas essas iniciativas estão atreladas à cultura do estoque, armazenar para poder garantir água e comida para os períodos de estiagem, que são os períodos do ano que não chovem, já que a região é marcada por essas irregularidades e pelos grandes volumes de chuva de período curto e com forte evaporação

[...] estas regiões se caracterizam principalmente pela irregularidade das chuvas e pelas altas taxas de evapotranspiração, elementos que juntos contribuem para o risco constante de escassez hídrica. Porém, tanto quanto a seca é parte indissociável do Semiárido, também o é o fenômeno das monções torrenciais, que caem eventualmente em períodos curtos e provocam cheias, reavivando os milhares de rios e lagos intermitentes, devolvendo pujança à vegetação e ajudando a recuperar os reservatórios. Assim, esta dicotomia climática torna o Semiárido brasileiro ao mesmo tempo um dos mais habitáveis do mundo e uma região particularmente suscetível às mudanças climáticas, razão pela qual sua climatologia conta com diversos monitoramentos científicos e com a sabedoria popular do povo sertanejo. (8)

Essas iniciativas também são fortalecidas pela educação contextualizada, que leva em consideração os saberes locais, aplicando os conhecimentos trazidos de geração a geração, a partir da troca do saber local. Exemplo dessas diversidades de saberes são os intercâmbios de agricultores/as que permitem a conversa sobre a experimentação do como fazer diário, conforme já dito por um agricultor: a universidade do agricultor é o intercâmbio.

Para além desses processos, as capacitações também são momentos de construção coletiva e sobretudo de empoderamento feminino, uma vez que muitas mulheres saem de seus lares para participar dessas formações que tem por tema as questões de gênero.

Ao longo desses 25 anos, foram implementadas 1 milhão e 200 mil cisternas de beber, 200 mil cisternas de produção, 1000 bancos de sementes que possibilitaram o acesso à água para beber e produzir alimentos saudáveis. Dessa forma, acredita-se que os impactos da Covid não foi maior nessa região por conta de iniciativas como estas, sem maiores danos,

conforme evidenciado na pesquisa da FAO em parceria com a ASA “Consulta Global Sobre Los Desafios que Enfrentan los Agricultores Familiares En El Contexto de COVID-19”:

Conforme os resultados do estudo, os beneficiários do Programa são, em sua maioria, mulheres entre 44 e 47 anos, que integram organizações da sociedade civil, possuem animais e produzem diferentes tipos de cereais, além de flores, oleaginosas e tubérculos, entre outros. Cerca de 60% relataram vendas estáveis, enquanto os demais tiveram vendas abaixo do esperado. Aqueles que reduziram a produção ou a parcela destinada ao mercado tiveram impactos importantes de redução de suas rendas. (9)

A pesquisa teve como base as famílias atendidas pelo P1+2 fomento, projeto inovador para a ASA, iniciado em 2017, com duração de dois anos, e que contou com a parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), firmado pela AP1MC e executado pelas organizações da Rede ASA, com o objetivo de atender famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com a construção de cisternas de produção com aporte ao fomento para as iniciativas produtivas, permitindo maior tempo de acompanhamento técnico.

Os resultados da pesquisa apontam para a importância das estratégias baseadas em autonomia de acesso a insumos, assim como das redes de cooperação já enraizadas”, afirmou Guilherme Brady, da FAO. O acesso e, sobretudo, a produção própria de sementes possibilitaram aos agricultores a manutenção de suas rendas, revelando-se um elemento central para a resiliência no contexto da pandemia de Covid-19. (10)

Contudo, o projeto em sua fase final foi interrompido devido ao avanço da pandemia da Covid-19 no Brasil, impossibilitando assim a continuidade da ação em campo, que seria materializada pelo apoio à comercialização dos produtos em feiras agroecológicas. Em cumprimento a resolução da Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020 todas as atividades de campo e de escritório realizada pela AP1MC foram suspensas.

Partindo dessa informação, e reforçando o que já foi mencionado de que a crise sanitária impulsionada pela pandemia da Covid-19 agravam o quadro geral de vulnerabilidade social que afetou o meio rural brasileiro, especialmente as populações do Campo, da Floresta e das Águas (CFA), é que foi fortalecida a parceria entre a Rede ASA e a Fiocruz, com o objetivo de encontrar estratégias para o enfrentamento da Covid-19 no Semiárido Brasileiro (SAB), com base em ações de promoção à saúde, adotando caminhos importantes como: “conhecer, conhecer para interpretar e interpretar para atuar”. (11)

A vigilância Popular em Saúde foi a porta de entrada para pensar ações estruturantes de enfrentamento à pandemia no contexto do Semiárido. Tal conceito ainda está em construção e vai para além do conceito propriamente dito da vigilância em saúde, que é a observação feita de forma sistemática e contínua da frequência, da distribuição e dos determinantes dos eventos de saúde e suas tendências na população. (12)

Já a Vigilância Popular em Saúde leva em consideração o protagonismo da comunidade, de organizações sociais, movimentos sociais e diversas formas de organização social.

A Vigilância Popular em Saúde traz o desafio de olhar para o espaço que se vive, de forma coletiva, considerando diferentes modos de promover saúde, produzir cuidado e fazer vigilância. Também vai no sentido do diálogo compartilhado e horizontalizado, que respeita os saberes advindos das experiências. Ela aparece como estratégia de imersão nos territórios para agir sobre a determinação social a favor da promoção da vida, de forma participativa e engajada, além de ser um dispositivo para produção do conhecimento e promoção emancipatória da saúde (13)

Portanto, escutar o território com suas especificidades e formas de produzir conhecimento é de suma importância para encontrar soluções que levem em consideração o saber popular saber unido como o saber científico. Essa junção de saberes está na base da Vigilância Popular em Saúde, e tal concepção vai na contramão do modelo hegemônico da

Vigilância em Saúde, que não leva em consideração o saber popular como conhecimento útil a saúde. (14)

A parceria, ASA x Fiocruz já existe desde 2017, tendo início com a ASA do Piauí, na perspectiva de construção de troca de diferentes saberes com exercício de uma governança participativa de base territorial, integrando ações entre os agentes públicos e os agentes sociais locais no enfrentamento das desigualdades sociais e de seus impactos na saúde humana. (15)

Objetivando fomentar e fortalecer o conceito dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) e entendendo esse território como “territórios onde a vida saudável se realiza por ações comunitárias e de políticas públicas que interagem no sentido do desenvolvimento regional e local sustentável” (16), e compreendendo que o território é espaço onde as relações humanas acontecem, uma vez que “o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”. (17)

Dessa forma, foi pensando o processo de formação com base na educação popular contextualizada envolvendo os diversos sujeitos que atuam no SAB para momentos de trocas de experiências e saberes, a partir de metodologias participativas, compreendendo que o conhecimento se constrói mutuamente para uma prática de reflexão para ação como protagonizava Paulo Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser, ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido”. (18)

Esse processo de formação teve por modalidade ser um curso livre denominado Ciclo de Encontros: Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro, Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia, construído em parceria com a Rede ASA e a

Fiocruz, tendo como metodologia a Pedagogia da alternância, a educação contextualizada e Paulo Freiriana (educação popular), sendo norteados pela Vigilância Popular em Saúde, pela informação para ação, pela Pedagogia do cuidado e pela epidemiologia situada.

Objetivou capacitar, para o retorno a campo no período pandêmico de 2020, as técnicas e os técnicos dos programas da ASA, somando-se a esse processo os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), os Agentes comunitários de Edemias (ACE), os Agentes de Vigilância em Saúde (AVS), as Secretarias de Saúde, os profissionais de saúde que atuam na região do Semiárido e as educandas os educandos do mestrado profissional em saúde da Fiocruz.

Foram efetuados cinco encontros, sendo realizado uma vez por semana, e intercalando com reuniões de grupo, durante as semanas, tratando de diversos temas. Participaram do ciclo de encontros 238 pessoas, entre as quais: técnicos e técnicas da ASA; Agentes Comunitários de Saúde dos municípios em que atuaram as organizações da ASA na 3ª fase do projeto com o BNDES; profissionais de saúde; profissionais da Embrapa e da Fiocruz; alunos do Mestrado Profissional; e representantes de organizações da sociedade civil e governamentais.

A construção dos momentos dessa capacitação, assim como a metodologia utilizada, foi pensada pela equipe da APIMC, envolvida diretamente com o projeto do P1+2 fomento, sendo uma construção conjunta com a Fiocruz Brasília, e também incluindo o Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT) e seus e suas colaboradoras.

Para situar o leitor, a dissertação está dividida em sete etapas:

- 1- Uma pequena apresentação dessa pesquisadora em construção;
- 2 - A Introdução que pretende apresentar ao leitor o que será tratado adiante;
- 3 - Os objetivos gerais e específicos;

4 - A Metodologia, com a finalidade de apontar os caminhos da pesquisa para atender os objetivos estabelecidos, assim como responder à pergunta da pesquisa;

5 - Os referenciais teóricos que norteiam e fundamentam a pesquisa;

6 - Apresentação do objeto da pesquisa em profundidade;

7 - Discussão sobre os achados da pesquisa, respondendo assim a pergunta e os objetivos da pesquisa e, por fim, as considerações finais, que apontam uma série de desdobramento pós Ciclo de Encontros.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os ciclos de encontros como estratégia de Vigilância Popular em Saúde nos caminhos das Águas, dos alimentos e das pessoas durante o primeiro ano da pandemia.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Revisar os marcos conceituais e teóricos que fundamentaram os Ciclo de Encontros;
- Contextualizar os processos pedagógicos e os conteúdos trabalhados nos ciclos de encontros, numa perspectiva de compreender como eles impactaram a ação do trabalho de campo dos técnicos/as do P1+2;
- Verificar as ações em campo dos(as) egressos(as) do Ciclo de Formação, no enfrentamento da pandemia e no fortalecimento da convivência com o Semiárido; e
- Sistematizar e publicar um boletim informativo sobre a experiência vivida de uma técnica de campo referente a seu processo de formação para ação.

1.3 METODOLOGIA

Entendendo método como o caminho do pensamento que ajuda a pensar e olhar para o objeto estudado constituindo assim uma prática teórica pensada (19) é que a metodologia dessa pesquisa optou pela abordagem qualitativa, sendo esta a mais adequada a responder o objetivo dessa dissertação: Analisar os Ciclos de Encontros como estratégia de Vigilância Popular em Saúde nos caminhos das Águas, dos alimentos e das pessoas durante o primeiro ano da pandemia.

A abordagem qualitativa é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (20). A partir desse método é possível caminhar por processos sociais em construção, caracterizando-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo.

Já o desenho metodológico utilizado foi o estudo de caso, uma vez que ele permite fazer observações de forma direta sobre o fenômeno.

Os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. É útil para gerar conhecimentos sobre características significantes de evento vivenciados, tais como intervenções e processos de mudanças. (21)

Dessa forma, o estudo de caso é predominantemente qualitativo, uma vez que pretende compreender fenômeno em profundidade e não em amplitude, coletando os dados do mundo contemporâneo.

A partir da definição do caminho do método que foi aplicado ao objeto de estudo, olhar para a técnica da coleta de dados foi desafiador devido à complexibilidade do objeto,

que se trata de uma formação para Ação, utilizando o método da Vigilância Popular em Saúde dentro de um contexto sanitário singular, onde foram produzidos muitos conteúdos e uma documentação vasta.

Refletir sobre os conteúdos produzidos permitiu responder a pergunta dessa pesquisa: *Quais as estratégias de Vigilância Popular em Saúde, trabalhados no Ciclo de Encontros foram importantes para o enfrentamento a Covid para ações de fortalecimento dos territórios?*

1.3.1 Da análise documental

Para este momento, foi utilizada a técnica da análise documental. Segundo Gonçalves *et al* (2021) (22), a análise documental se configura em um procedimento que utiliza técnicas específicas para a apreensão e compreensão de variados tipos de documentos e que adota para tal cauteloso processo de seleção, coleta, análise e interpretação dos dados. Dessa forma, foi utilizando dados secundários e materiais produzidos pelo ciclo como, por exemplo, gravações das cinco etapas da capacitação, caderno de sistematização do ciclo e materiais produzidos pelos participantes e pela equipe pedagógica. Assim, foi observada uma melhor estruturação para a construção de dois bancos de dados

O primeiro banco refere-se aos materiais produzidos para estruturar os momentos que antecederam a formação, como a gravação do *webnário (youtube)*, que envolveu representantes da ASA BRASIL, Fiocruz e membros do Consórcio do Nordeste; os materiais produzidos em reuniões da coordenação pedagógica formada por integrantes da AP1MC, ASA e Fiocruz; assim como as reuniões com as pessoas que apresentaram suas experiências nos territórios; as quais consistem em materiais que precedem a formação.

O segundo banco de dados refere-se aos materiais produzidos durante o momento da formação: as gravações dos cinco encontros do ciclo, os trabalhos realizados pelos educandos e educandas durante o tempo comunidade, os debates dos grupos do *whatsapp* a partir das perguntas geradoras e os cadernos de sistematização do Ciclo de Encontros e trabalho final.

Seguindo essa ordem, o banco de dados ficou estruturado entre materiais escritos e não escritos, o que pode ser verificado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Materiais não escritos produzidos, antes e durante o processo de formação

Material	Descrição
<i>Webnário</i> : os impactos do Coronavírus no meio rural semiárido: realidades, desafios e perspectivas	O material contém relatos das ações de enfrentamento no momento pandêmico tanto nos territórios como em relação às ações tomadas pelo Consórcio de governadores, pelo Comitê Científico; e como a rede ASA estava se mobilizando
Reuniões equipe pedagógica via zoom	O material contém a construção metodológica de cada momento do ciclo de encontros, assim como os temas abordados durante o processo de formação
Realização dos 5 (cinco) encontros da formação via Zoom	O material contém os momentos da formação para ação abordando os temas – chaves, a troca de experiências e o debate com a academia

Tabela 2. Materiais escritos produzidos antes e durante o processo de formação

Material	Descrição
Grade metodológica	Contém os temas trabalhados, o tempo de apresentação de cada tema por uma pessoa da academia e a apresentação da ação em território, além das pessoas que conduziram

	cada momento desse e a metodologia do momento de formação.
Trabalho do tempo comunidade	Contém os trabalhos desenvolvidos pelos grupos no tempo comunidade em vários formatos: poesia, cordel, <i>powerpoint</i> e etc.
Trabalho final	Contém os protocolos de retorno a campo e o planejamento da volta à ação em campo.
Sistematização do Ciclo de Encontros	Contém a sistematização de todas as falas que se fizeram presentes nos 5 (cinco) encontros virtuais

1.3.2 Da análise dos dados

Com base no levantamento documental, foram realizadas leituras refinadas e atentas da documentação contida no banco de dados, assim como a escuta das gravações dos momentos da formação, que trouxe pistas importantes de quais caminhos responderiam ao objetivo e a pergunta dessa dissertação, analisando os dados, tomando por cuidados não cair na ilusão da transparência em uma tentativa de interpretar espontaneamente e literalmente os dados como se o real se mostrasse nitidamente ao observador (23), ainda mais que a pesquisadora tem intimidade com o objeto de estudo podendo cair nessa armadilha.

Assim sendo, para essa etapa da análise dos dados foi utilizada a técnica da análise do conteúdo, que diz respeito às técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre os dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos (24).

Os temas abordados durante a formação para ação foram os pontos focais para elucidar a pergunta da pesquisa, evidenciados nas análises documentais, dando luz as primeiras categorias temáticas, que intitulado de categorias disparadoras, onde está alicerçado o referencial teórico:

Primeira categoria temática de análise:

- 1- Convivência com o Semiárido;
- 2- Vigilância Popular em Saúde e TSS
- 3- O Bem viver.

A partir de uma revisão bibliográfica foi possível aprofundar nessas categorias, sendo elas as motivadoras e indutoras do processo de formação. A primeira por se tratar do território Semiárido, local da morada das pessoas e das ações que impulsionam a Convivência no território Semiárido. A segunda por se tratar de um método inovador de abordar o tema da saúde no âmbito da Rede ASA, envolvendo a VPS e o TSS; e a terceira a efetividade das demais abordagens que permitem a vida Harmônica do território.

A partir das categorias disparadoras o olhar para a documentação levou a subdivisão de outras categorias. Para a identificação dessas outras novas categorias foi fundamental o olhar para 4 (quatro) tipos de documentos.

1.3.2.1 *Matriz de planejamento (Anexo A)*

Esse documento bastante detalhado deu indicações do modo de fazer, de como fazer e com quem fazer, elementos contidos no objetivo Geral e nos objetivos específicos da matriz; o público-alvo, metodologia, as temáticas e os conteúdos abordados em cada momento, assim como o envolvimento de diversos parceiros, como Embrapa, BNDES, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Rede de Médicos e Médicas Populares, construindo assim a formação para ação, seja participando no momento da mesa de abertura, seja na apresentação das experiências.

Na observação atenta da matriz, pode-se notar a preocupação com cada momento e as técnicas da metodologia popular evidenciada nas perguntas geradoras, devolutivas desses

temas a partir da discussão em grupo, tempo da escuta e tempo em grupos, além dos momentos de encontro dos grupos do tempo comunidade.

As reuniões semanais da equipe de coordenação do Ciclo de encontros foram formadas pela equipe técnica da AP1MC, pela Fiocruz e orientadas por um educador popular da Bahia, que foi de fundamental importância para que a formação trilhasse no campo da educação popular. Essa matriz foi a orientadora de todo o processo, sendo possível dimensionar o tempo de cada atividade e visualizar os principais temas trabalhados como chaves desse processo.

1.3.2.2 *Gravações dos encontros de formação (Anexo C)*

Os ciclos de encontro foram realizados no formato virtual, o que se tornou corriqueiro em tempos de pandemia, e estão disponibilizados na plataforma do youtube da ASA. A verificação dessas gravações aprofundou o debate do método utilizado, levando em consideração as experiências territoriais, dialogando com o saber da academia, assim como com o saber da academia em diálogo com o saber local.

Desta forma, vários momentos são potentes nessa observação, especialmente a observação de como cada pessoa ou grupos estavam se organizando em seu território para o enfrentamento da Covid a partir de estratégias de barreira sanitárias e aproximação de outros atores do campo da saúde que vivem no mesmo lugar. Outro documento de fundamental importância e que está ligado ao momento do tempo aula é a sistematização de todo o processo de formação referente ao tempo aula elaborado pela equipe técnica da AP1MC e Fiocruz.

Figura 1 - Relato de experiência do povo Tremembé apresentado durante o Ciclo



Fonte: apresentação do relato de experiência do Ciclo.

A foto acima, retirada da apresentação do relato de experiência do povo Tremembé, aldeia localizada no estado do Ceará, retrata o cuidado da comunidade a partir da epidemiologia situada, verificando a situação de saúde de cada aldeado, assim como a entrega de alimentos a seus moradores.

1.3.2.3 *Material produzido no tempo comunidade*

A metodologia do encontro facilitou o debate em momentos que aconteciam ao final de cada aula, dividindo os participantes em grupos, com acompanhamento da tutoria, com a finalidade de facilitar o debate.

Outro momento em grupos foram os encontros em plataformas de bate papo para construir, a partir de perguntas geradoras, resposta a problematização sugerida, a partir dessa

discussão foi possível construir trabalhos que foram apresentados ao retorno de cada novo encontro.

Essa metodologia fortaleceu o diálogo com os participantes, que se agruparam aleatoriamente, permitindo uma diversidade de pessoas vindas de lugares diferentes, com trabalhos também diferentes, constituindo uma diversidade de fazer e pensar.

1.3.2.4 *Trabalho final*

Neste material, pode-se verificar as estratégias para os caminhos futuros, como a criação de protocolos construídos conjuntamente com propostas adequadas para a especificidade de cada território e seu povo. Esse material aponta diversas formas de cuidado, dentre elas a forma de como retomar o trabalho de campo, o cuidado que se deve ter com a família, e a criação de estratégias para executar as tarefas exigidas para o fim do contrato (ASA e financiador).

1.3.2.5 *Do produto da pesquisa*

O presente mestrado profissional em Saúde Pública qualifica profissionais para atuar como formadores e indutores de processos de mudança em seus espaços de trabalho, mediante a adoção de novos conceitos e práticas. Tem por exigência a formulação e a concretude de um produto que dialogue com a pesquisa e que reverbere para o território, que seja um instrumento de comunicação sobre o que foi pesquisado.

O produto dessa pesquisa vai de encontro a educação popular por se tratar da construção de um boletim informativo inspirado nos boletins informativos da rede ASA no

âmbito do P1+2, chamado CANDEEIRO e que consiste em um boletim impresso, de uma ou duas páginas, impressas em frente e verso.

Esse importante instrumento de comunicação popular, que visibiliza as ações de Convivência com o Semiárido, atua divulgando a histórias de vida das pessoas, suas trajetórias antes e depois da chegada das políticas públicas, por exemplo.

Figura 2 - Candeeiro



Estocar é resistir

A experiência da Casa de Sementes José Faustino de Sousa



Jacinta, Gerson, Francisca Evaneide, Marcos Venício e Geraldo Faustino com o estoque de sementes nativas

A terra da comunidade de Lagoinha, em Itapipoca (CE), foi regada a muito suor. Foi do suor de homens e mulheres que floresceu o trabalho comunitário que se tornou marca da comunidade. No começo foi preciso um tiquinho de incentivo, como conta o agricultor Geraldo Faustino de Sousa ao lembrar que o pai, o agricultor José Faustino de Sousa, colocava lenha nesse tal de trabalho coletivo. O trabalho comunitário é realizado até hoje toda semana na comunidade. São tarefas como construções, roçados, cercas, bater a estrada e o que mais a comunidade apresentar de necessidade.

A comunidade da Lagoinha tem atualmente 99 famílias que se organizam através da Associação de Pequenos Agricultores da Lagoinha I. Um local próprio para guardar as sementes crioulas da comunidade é algo recente, mas a ideia de estocar não é nova. Os agricultores e agricultoras já guardavam suas sementes nativas em casa a várias gerações. A Casa de Sementes José Faustino de Sousa foi construída no ano de 2010 com

Fonte: Arquivos da ASA.

O registro desse instrumental é realizado por um comunicador popular, que tem por objetivo sistematizar a experiência de vida de algum agricultor ou agricultora ou outra experiência de boas práticas

Para sistematizar tais experiências exitosas de convivência com o semiárido, a ASA Brasil criou o boletim informativo impresso chamado “O Candeeiro”. A sistematização das informações é construída entre o comunicador popular e a família que se dispõe a compartilhar suas experiências, de forma a incentivar outros agricultores a adotarem e/ou ampliarem o uso de práticas socioprodutivas de base agroecológica. Algumas destas práticas passaram a ser adotadas e experimentadas, bem como se buscava identificar práticas de uso e manejo sustentável dos recursos naturais sustentáveis praticadas pelas famílias. Além disso, também nesse processo de sistematização e divulgação de saberes praticado por meio do boletim, procura-se identificar e valorizar os aspectos socioculturais locais. (25)

Neste sentido, o produto desse mestrado é um Boletim informativo de linguagem popular que parte da experiência vivida por Edineida, técnica de uma organização da rede ASA (Centro Sabiá). Ela é participante do Ciclo de encontros e conta os desafios do retorno a campo e como a formação para ação apontou caminhos e estratégias para a superação deste.

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro dos parâmetros contidos na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) Nº 56321222.2.0000.8027. Cujo registro se encontra no Anexo 04 deste trabalho. Também foi assegurado o preenchimento e assinatura de Termo de Consentimento de Uso dos documentos contido no banco de dados da AP1MC de Fiocruz Brasília Anexos 05 e 06.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO AO BEM VIVER

2.1.1 O Território Semiárido e suas peculiaridades

Antes de começar a dissertar sobre a Convivência com o Semiárido, que dialoga com os conceitos do Bem Viver e dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis, formando um tripé de sustentação que fortalece ações que possibilitam que a vida aconteça de forma digna e harmônica, é que contextualizo que território é este.

O território do Semiárido Brasileiro, conhecido também como Sertão, ocupa 11% do território brasileiro e 80% do território nordestino. São 1.182,687 km² e a sua abrangência é definida por ato normativo (Resolução nº 115/2017, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Está localizado na região nordeste e em parte da região do norte de Minas Gerais. Desta forma, é formado por 9 (nove) estados e 1.262 municípios, distribuídos da seguinte forma: 02 municípios no Maranhão, 185 no Piauí, 175 no Ceará, 147 no Rio Grande do Norte, 194 na Paraíba, 123 em Pernambuco, 38 em Alagoas, 29 em Sergipe, 278 na Bahia e 91 em Minas Gerais.

Figura 3 – Mapa do Semiárido Brasileiro



Fonte: Sudene/IBGE.

É tida como a região mais habitada do meio rural. Segundo a Sudene, são 27.830.765 habitantes, o que equivale a 12% da população do território nacional; e no meio rural vivem mais de 9,6 milhões de pessoas, 36,88% da população de todo o Semiárido. (26)

Sua população originária são as populações indígenas da linhagem Tapuia, que eram nômades, o que lhes permitiam viver com a diversidade do local, criando estratégias de sobrevivência. Os Povos nômades, os povos da Caatinga desenvolveram ao longo de sua história profunda identidade com a fauna e flora caatingueira, desenvolvendo sábias estratégias de vida e produção diante das condições climáticas oferecidas e do Bioma estabelecido. (27)

Os povos originários dessa região ocupavam as margens do Rio São Francisco, até então chamado Opara, significando Rio Mar. Às suas margens, fez morada de um povo que foi expulso pelos colonos portugueses que, por sua vez, fizeram das vazantes desse rio os

primeiros arraiais. A partir da concessão de terras, passando assim a explorar os recursos naturais, como a extração de pedras preciosas e ouro, outra forma de ocupação dessa região foi o movimento de fuga de colonizadores portugueses do litoral para o sertão durante o período da ocupação holandesa (1624 a 1654).

Somaram-se a essa formação, os negros e negras trazidos pelos portugueses que invadiram as caatingas na perspectiva de levar o gado para essas terras, causando muita revolta e conflitos entre indígenas e colonos. Segundo Andrade, os diversos grupos (28) indígenas que dominavam as caatingas sertanejas não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com o gado, escravos e agregados e se instava nas ribeiras mais férteis. (29)

A ocupação do Semi-Árido ocorreu com a implantação das grandes fazendas de gado para o fornecimento de carne, couro e animais de tração às áreas produtoras de cana-de-açúcar; e, posteriormente, para as áreas de mineração. Articulada à atividade de criação, surgiu a manufatura de produção de charque, uma carne seca e salgada que faz parte da culinária nordestina. (30)

A formação social desse território, marcado por muita resistência e resiliência, propiciou o nascer de vários povos com características próprias e formas de viver diversas, como as comunidades tradicionais, que têm áreas de uso comum voltadas para o extrativismo e/ou para o pastoreio: quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhas, geraizeiras, vazanteiras, caatingueiras, veredeiras, apanhadoras de flores sempre-vivas, vacarianas e comunidades de fundo e fecho de pasto.

O modelo de desenvolvimento exploratório materializado na concentração da terra e exploração dos indivíduos fomentou um ser histórico que faz parte dessa constituição social do Semiárido, visibilizado na luta pela terra, sendo o caso dos Sem Terra que reivindicam a posse dos latifúndios improdutivos, os atingidos por Barragem que enfrentam ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas, assim como outras

formas políticas que compõem esse território. São identidades diversas, mas que não são excludentes umas às das outras: há quilombolas assentados, indígenas de comunidades de fundo e fecho de pasto, etc.

As regiões áridas e semiáridas não são condições climáticas apenas do Brasil, elas representam 40% da superfície do nosso planeta (31). Na América Latina, por exemplo, há outras três: o Grande Chaco Americano, situado entre Argentina, Paraguai e Bolívia — subdividido em localidades úmidas, áridas e semiáridas; o Corredor Seco da América Central, que estende-se por El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua; e uma região semiárida na Venezuela, na porção oeste do país, conhecida como o Semiárido Lara-Falcón.

No Brasil, são subdivididas em 4 (quatro) faixas, agrupadas por faixas semiáridas acentuadas ou subdesérticas (conhecidas popularmente como “sertão bravo”); as faixas semiáridas rústicas ou semiáridas típicas (os “altos sertões”); as faixas semiáridas moderadas (caatingas agrestadas); e as subáreas de transição ou faixas sub úmidas (os agrestes). (32)

É um dos semiáridos mais chuvosos do mundo, com médias anuais entre 268 e 800 mm. A temperatura elevada e a forte taxa de evaporação são características que se refletem no modelamento da paisagem predominante. (33)

São muitos os “ingredientes” que fazem chover ou que impedem a chuva no Semiárido. A Zona de Convergência Inter Tropical, el niño, la niña, frentes frias do sul, a temperatura da água da porção do Oceano Atlântico que se encontra entre o Nordeste do Brasil e a África. Além das contribuições feitas pelos humanos, através de desmatamentos, plantios extensos de pastos e grãos inadequados, trazem consequências, uma vez que a terra despida da sua roupa de caatinga aquece o ar demasiadamente e, por sua vez, empurra as nuvens em alturas inadequadas. (34)

Para a definição de sua abrangência, a Portaria Ministerial nº 89, do Ministério da Integração, define os seguintes critérios: índice pluviométrico (800 mm), risco de seca maior que 60% (tomando-se por base o período entre 1970 e 1990), e *deficit* hídrico (índice de

aridez de até 0,5 — calculado pelo balanço hídrico, que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990).

Figura 4 – Dados sobre o clima do SAB



Fonte: Instituto Nacional do Semiárido – INSA.

Formado pelo bioma Caatinga, singular no mundo, se caracteriza por plantas adaptadas ao clima seco e com grande poder de resiliência. Este bioma, que recobre a maior parte do semiárido, correspondendo a 844.453 km² e a 11% do território brasileiro. (35)

Tem seu nome originado da língua Tupi, que significa Mata branca referência ao esbranquiçamento ou acinzentamento dos caules lenhosos das plantas. Ao longo da história, a caatinga sofreu mudanças devido as alterações climáticas, e sua história de adaptação e resistência anda junto com a história do povo dessa região, a Caatinga é história e cultura.

Sua formação física remonta ao processo histórico de mudanças climáticas que trouxe a essa parte do Brasil o clima semiárido. Nesses vales, antes úmidos, agora sua fauna e flora se veem forçadas a se adaptar ao “novo” clima. A própria origem da Caatinga já é resultado de adaptação, resiliência, sabedoria e resistência. (36)

Esse ecossistema exuberante e resiliente sofreu as agressões da ação humana, que data do início da entrada dos colonos na busca por terras para criação de gado e, posteriormente, para a produção de algodão, ocasionando grande desmatamento da caatinga, assim como o crescimento populacional que, segundo Albuquerque, trouxe outras exigências que passam a ser feitas a este bioma, como o de fornecimento de energia, com a queima da madeira ou o uso desta para a construção de casas, ou mesmo para a feitura de cercas e currais,

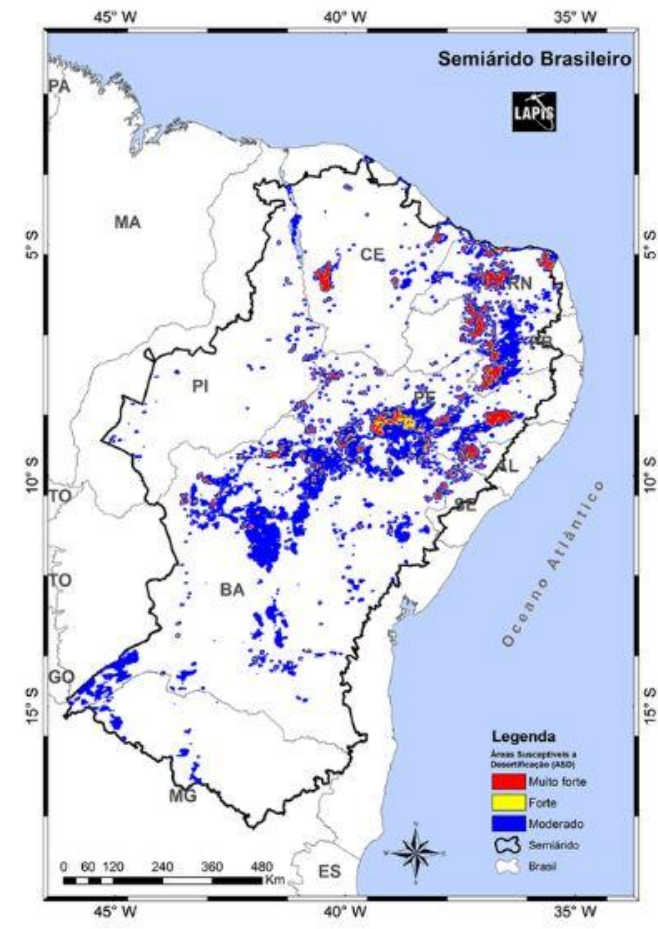
Com toda esta riqueza natural a caatinga, porém, vem enfrentando um processo sistemático de devastação, tendo sido devastados cerca de 16.570 Km² nos últimos seis anos, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente. Os estados da Bahia e do Ceará são os que mais contribuíram com essa devastação, com cerca de 9.000 km². A caatinga é devastada para a fabricação de carvão, criação de gado e mineração, entre outros fatores. (37)

Atualmente, a crise climática tem deixado as regiões áridas cada vez mais áridas. Os sinais da desertificação são visíveis, abrangendo, hoje, aproximadamente 340 mil km. Agravado a isso o crescimento do agronegócio e a construção dos grandes projetos têm causado grandes impactos ambientais e a expulsão dos agricultores e agricultoras familiares.

Segundo o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que traz a situação dos impactos das mudanças climáticas no mundo, há um alerta para o aumento da temperatura global até 2030 de 1,5 °C (38). Até hoje, considerando o período pré-industrial de 1950, essa média aumentou 1,1 °C. Segundo Barbosa, isso está relacionado com a capacidade que a atividade humana tem de queimar CO² e Metano, gases que provocam o efeito estufa. (39)

Desta forma, essas mudanças climáticas favorecem secas cada vez mais extremas e mais longas, e temperaturas mais altas, o que prejudica o solo e sua conservação, uma vez que as temperaturas elevadas causam a capacidade dos micro-organismos de sobreviverem, algo potencializado ainda mais pelo processo de desertificação

Figura 5 - Mapa da desertificação no Semiárido brasileiro



Fonte: Lapis.

No Brasil, relata o coordenador do Lapis e professor do Instituto de Ciências Atmosféricas (Icat), Humberto Barbosa, as “Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD’s) compreendem, atualmente, cerca de 1.340.863 km², abrangendo 1.488 municípios do Nordeste, além de alguns territórios de Minas Gerais e Espírito Santo”. Ele explica que “segundo a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, esse processo é

caracterizado como a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, e é causado fundamentalmente pela atividade humana e pelas variações climáticas”. (40)

É o Semiárido é rico em flora e fauna, com plantas e animais adaptados ao clima seco. Segundo o INSA, o bioma Caatinga possui aproximadamente 1.307 espécies animais, dentre as quais 327 são exclusivas da região. As pesquisas sobre fauna registram 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 de anfíbios, 241 de peixes e 221 espécies de abelhas. São dessas formas de vida que o agricultor e agricultora tiram seu sustento, a partir da produção de seus produtos, que são vendidos em feiras locais, ou por vezes, trocados na comunidade.

É um território cultural, onde a arte e as expressões culturais formam o cotidiano desse povo. Essas manifestações são elementos de uma cultura em meio a outras e são partes de um todo que engloba tantas outras coisas e aspectos da existência humana.

O Semiárido brasileiro não é apenas o clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, religião, arte, política, Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só. (41)

A forma de viver em condições adversas, e de exploração do ponto de vista da expropriação da força de trabalho, levou o sertanejo e a sertaneja a buscar em estratégias de sobrevivência materializada na cultura do estoque, seja ela da água, sementes ou animais, bem como nas relações de solidariedade e de reciprocidades evidenciadas nas trocas de alimentos como: ovos, sementes, hortaliça ato tão comum neste lugar.

É desse território plural, na qual a solidariedade não está onde se divide a sobra, e sim onde se divide o que se tem, é que emerge a estratégia de Conviver com o Semiárido.

Mais do que uma narrativa, esta é uma forma de vida.

2.1.2 Convivência Com o Semiárido: mais que uma narrativa, uma forma de viver

É comum ouvirmos por aí que o Semiárido é belo e rico em vida, mas nem sempre foi assim. Essa identidade do belo e do possível é forjada pela narrativa da Convivência com o Semiárido, que carrega nas suas costas construções histórias de dor, descaso, fome, mortes, concentração da terra e da água, incredibilidade dos saberes locais, indústria da seca e tantas outras prerrogativas que ao longo de muitos anos formou o imaginário de lugar inóspito, de poucas possibilidades e impossível de viver.

Não se construiu apenas um imaginário da impossibilidade do lugar chamado Sertão, mas também da sua gente, tanto referente ao aspecto físico como do intelecto. A grande seca do Ceará (1877-1879) foi revelada aos olhos da colônia e, em especial, da corte que aqui vivia, por fotojornalismos na Revista *O Besouro*³⁵, mostrando pessoas extremamente magras: crianças, homens e mulheres, jovens e idosos de aspecto doentio, os chamados flagelados ou retirantes da seca, causando assim comoção nacional.

Segundo Albuquerque, é nessa estiagem que as elites das Províncias do Norte, divisão administrativa do Brasil Império para o que hoje é o nordeste, descobrem a arma política que têm em mãos. É a mobilização delas em torno desse fenômeno que faz emergir o chamado discurso da seca que, já no início do século XX, fará suas primeiras conquistas no propósito de impulsionar o desenvolvimento nos moldes dos padrões empresariais capitalistas.

A seca, que é um fenômeno da natureza, passou a ter um caráter político do qual as oligarquias se aproveitaram muito bem para proveito próprio. Segundo Baptista *et al.* (42), a estiagem é um fenômeno da natureza. A fome, a miséria e a morte daí decorrentes, porém são produtos da ação humana e das políticas dirigidas a essas regiões e populações. A seca é

³ *O Besouro* é o título de uma revista lançada em 6 de Abril de 1878, no Rio de Janeiro, pelo caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro.

política e assim, em consonância com Josué de Castro, a fome decorrente da seca também o é. Nessa perspectiva da lógica do fenômeno natural, Castro argumenta que:

Querer justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e no presente, o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome. (43)

A seca é política e econômica. Financeiramente, ela foi bastante benéfica aos grandes proprietários de terras, que se beneficiaram com o privilégio das obras de açudagens em suas terras (44):

serviam para sustentação dos rebanhos nas grandes e médias propriedades o que lhes permitiram ter um aumento da produção da pecuária e do algodão, principal economia desse período (séc. XVIII), e o controle da água por parte de uma minoria possibilitando dessa forma o controle da produção de subsistências da população que produziam nas vazantes dos açudes.

As políticas de “combate à seca” são marcadas pelo latifúndio da terra, água, dos saberes e principalmente da fome acompanhado do processo de adoecimento relacionado as precárias condições de vida. O relatório encomendado pela inspetoria de Obras Contra a Seca (1909), realizado por Arthur Neiva e Belisário Penna, do Instituto Oswaldo Cruz, evidencia as péssimas condições de saúde da população, a ocorrência de moléstias infecciosas, bem como a documentação dos aspectos geográficos, econômicos e socioculturais.

De modo geral, as alternativas apresentadas para o enfrentamento das problemáticas do Semiárido são parte de um modelo de desenvolvimento fundamentado no “progresso” técnico e no domínio da natureza (45). Como forma de atingir o tão desejado desenvolvimento impulsionado pela dicotomia de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com fórmulas mágicas para atingir esse desenvolvimento.

O mundo então se ordenou para alcançar o “desenvol – vimento”. Surgiram planos, programas, projetos, teorias, metodologias e manuais de desenvolvimento, bancos especializados em financiar o desenvolvimento, ajuda ao desenvolvimento, capacitação e formação para o desenvolvimento, comunicação para o desenvolvimento e uma longa lista de etcéteras. (46)

Em nome da promoção do desenvolvimento regional, várias ações de cunho governamental foram realizadas na região nordeste, em especial no sertão, sempre com a finalidade clara de combate da situação climática da seca. Traçando uma linha do tempo das iniciativas nessa região, pode-se verificar que do início da ocupação desse território até meados do séc. XIX, as políticas estavam calcadas na distribuição de alimentos e na tentativa de acalmar os ânimos dos que passavam fome.

Posteriormente inicia-se medidas de compreender essa região a partir de estudos, a exemplo da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), que realizaram estudos das condições meteorológicas, geológicas, topográficas, etc, coordenados por pessoas de outras realidades. Segue-se as tentativas de órgão estatais com finalidade de encontrar saídas ao problema da seca, pautado nas obras hídricas a exemplo dos açudes que apenas beneficiavam as oligarquias locais.

[...] as instituições criadas no início do século XX, para o combate à seca, foram historicamente capturadas pelas elites dominantes locais, caracterizando o Estado oligárquico. Essa imbricação entre o Estado e os interesses do Nordeste algodoeiro-pecuário eram explícitas nas ações dos órgãos criados para o combate à seca. As barragens construídas diretamente pelo Estado ou em regime de cooperação com os grandes proprietários, serviam, prioritariamente, para sustentação do gado e, apenas marginalmente, para a implantação das culturas de subsistência nas várzeas. (47)

A mudança de paradigma de que o Semiárido é viável começou de forma tímida com ações de convivência com a seca por organizações atuantes nessa região, organizações não governamentais (ONG's) e entidades da igreja, que começam a debater o tema da convivência com a sociedade civil na década de 90.

Figura 6 - Ocupação da Sudene



Fonte: Arquivo ASA.

A ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993, é um marco dessa mobilização, com o objetivo de pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época de combate à seca.

Já em 1999, paralelamente à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE, as organizações da rede ASA lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro.

Considerado um documento de ruptura que desnaturaliza a filosofia e as ações da política centrada no combate à seca a Declaração aponta medidas estruturantes para o desenvolvimento sustentável da região, pauta um conjunto de medidas políticas e práticas de convivência com o Semiárido e, nesse contexto, propõe a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas no Semiárido Brasileiro.

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semi-Árido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o semi-árido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no semi-árido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMI-ÁRIDO! (48)

A partir da declaração do Semiárido, organizações da sociedade civil que formam a Rede de Articulação pelo Semiárido e constituem a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para o Semiárido, que compõe dois programas para ação de construção de tecnologia social para estoque de água chamada Cisterna, que foi garantiram o acesso à água de beber, cozinhar, e produzir alimento saudável criar animais.

Esses dois programas, denominados Programa 1 milhão de cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), sendo o primeiro destinado à construção de cisternas de 16 mil litros de água com a finalidade de beber e cozinhar; e o segundo voltado para a construção de cisternas de 52 mil litros de água destinadas à produção de alimentos e dessedentação animal. Estas são ações estruturantes que têm a água na centralidade do debate e o protagonismo do saber centrado no povo do sertão.

Ações estruturantes como o P1MC e o P1+2 garantiram o direito básico das pessoas terem acesso água limpa, para beber e cozinhar, sem necessitarem andar quilômetros para matar a sede, melhorando consideravelmente a vida das mulheres e assegurando a produção e o consumo de alimentos saudáveis para todos.

Assim, o armazenamento e a distribuição democrática da água para consumo humano e para a produção são a centralidade do debate da Convivência com o Semiárido. A partir da água, são criadas outras estratégias de vida nessa região como: o armazenamento e a difusão de sementes crioulas, a construção do conhecimento agroecológico, as cooperativas

de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa, os fundos rotativos solidários, a criação animal e o combate à desertificação.

Segundo Baptista, Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação. (49)

Neste sentido, a Convivência com o Semiárido bebe do conceito do Bem Viver com a valorização da natureza, o respeito aos conhecimentos ancestrais, as formas de ser e sentir de um território.

O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis. (50)

Neste sentido, dito por Acosta, o desafio de construir movimentos harmônicos passam pelo desafio de ações que visam não apenas o desenvolvimento sustentável, mas sobretudo as relações humanas. Tema bastante caro para o sucesso desse projeto emancipador é a valorização do saber local, guardado e transmitido de geração para geração, já que este povo é produtor de conhecimento e um observador da natureza.

[...] nos deparamos com um princípio chave da convivência e do desenvolvimento sustentável do Semiárido: a afirmação de que as populações do semiárido não são simplesmente receptoras de conhecimentos e de pacotes tecnológicos. Ao contrário, possuem seu próprio conhecimento, produzem e são capazes de gerar os conhecimentos necessários ao desenvolvimento, sem negar, com isso, a necessária interrelação com outras populações, conhecimentos e tecnologias. Propugnamos, deste modo, uma quebra do monopólio do saber e do conhecer, que estava centrado em alguns centros, regiões e pessoas, tipos de conhecer e de tecnologias, que desconhece e desvaloriza outros. (51)

Assim como protagonizado pelo Bem Viver, a Convivência com o Semiárido protagoniza construir coletivamente novas formas de vida pautadas na experiência de um povo que carrega formas de fazer e de como fazer, que vão desde as relações comunitárias às relações com o estado. Desta maneira, políticas públicas adequadas a essa região são de fundamental importância para a vida dessas pessoas.

Políticas de transmissão de renda, a exemplo do Bolsa-Família, foi responsável por melhorar as condições de vida das pessoas em todo Brasil, e em especial no Semiárido.

Segundo pesquisa do IPEA, mais de 34 milhões de pessoas haviam deixado a pobreza extrema por causa do Bolsa Família (52), do mesmo modo que a política pública de acesso à água, como o Programa Cisterna, que nasce das experiências da sociedade civil, articuladas entre estado e sociedade.

O Programa Cisternas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é reconhecido como política pública de acesso à água para a população de baixa renda. É que, no decreto que regulamenta a Lei 11.445, conhecida como Lei do Saneamento Básico, está incluído um capítulo sobre cisternas. O Decreto nº 7.217 foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O capítulo é o VI - "Do acesso difuso à água para a população de baixa renda". O Artigo 68 desse capítulo determina que "a União apoiará a população rural dispersa e a população de pequenos núcleos urbanos isolados, na contenção, preservação e utilização de águas pluviais para o consumo humano e para a produção de alimentos destinados ao autoconsumo". O programa tem que contemplar a utilização de tecnologias sociais tradicionais originadas das práticas das populações interessadas. A ação deve abranger preferencialmente o Semiárido. (53)

Assim sendo, a AP1MC, que executa essa política pública conjuntamente com as organizações da ASA, principais mobilizadoras da iniciativa nos territórios, construiu até hoje 1 milhão e 200 mil cisternas de água de beber e 270 mil cisternas de água de produção. São milhões de pessoas com acesso e direito à água.

A política de Convivência não se estrutura apenas pela construção das cisternas, os momentos de capacitação são estratégicos para a troca de saberes evidenciados no manejo

das águas, no uso adequado do solo, na produção de alimentos sem veneno, no protagonismo feminino, e em tantos outros temas de fundamental importância.

Outro elemento evidenciado a partir dessa política é o fortalecimento da economia local, que gira em torno dos materiais de construção, na compra direta de alimentos aos agricultores, bem como no aumento de empregos locais como, por exemplo, pedreiros e pedreiras, ajudantes de serviço geral, entregador de material de construção, dentre outros.

Para além desses resultados positivos atribuídos a uma política pública adequada a região do Semiárido, os indicadores de não adoecimento por conta da qualidade da água têm melhorado. Segundo pesquisa recente realizada pela Sudene, houve redução de 29% na probabilidade de morte e queda de 26% na probabilidade de internação hospitalar em virtude da diminuição de doenças relacionadas ao consumo da água. (54)

Todas as iniciativas aqui mencionadas nos leva às bases de um projeto emancipador de território vivo e cheio de possibilidade, formado pela tríade de um território Saudável e sustentável, com foco da narrativa da Convivência com o Semiárido para o Bem Viver.

2.1.3 Territórios Saudáveis e Sustentáveis na perspectiva da Convivência com o Semiárido

O conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) como espaços relacionais e de pertencimento, onde a vida saudável é viabilizada por meio de ações comunitárias e de políticas públicas, que interagem entre si e se materializam, ao longo do tempo, em resultados que visam atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais culturais, econômicos, políticos e sociais (55) está correlacionado com o conceito com o Semiárido em uma dimensão do Bem Viver.

É desse lugar árido, desafiador e historicamente constituído por relações de poder excludente e marginalizado que ações territorializante vêm dando novos contornos e novas formas de vida. Segundo Saquet e Da Silva (56), o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo (57).

Essa dimensão de TSS no contexto do Semiárido está fortemente visibilizada nas formas de fazer desse território fortalecido pelas trocas de saberes entre agricultores e agricultoras, sejam estas na escala comunitária municipal, estadual, e até mesmo com a troca do conhecimento empírico como o acadêmico.

Deste modo visibiliza-se, para atingir um desenvolvimento sustentável dentro das concepções de convivência, dentre tantas iniciativas, a educação contextualizada e os intercâmbios de agricultores e agricultoras.

Ambos estão no campo do conhecimento da dimensão da vida, e da formalidade exigente na educação propriamente dita, que por vezes serve ao interesse de uma elite, que, segundo Quintella:

Este é um dos maiores problemas do Semiárido brasileiro. A educação historicamente serviu aos interesses de uma elite, que representa a minoria, enquanto a população carente sofria e muitas vezes ainda sofre com a negação de seus direitos, incluindo o acesso às necessidades básicas, como água, terra, moradia, cultura, educação formal (escola) e alimentação adequada. (58)

Avanços neste campo, podem ser verificados com a criação das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), trazidas ao Brasil no Pós Guerra, momento no qual a educação do campo se baseou na luta de movimentos sociais e de pessoas questionadoras de uma educação bancária e elitista que não permite a leitura do mundo de onde se vive e se produz. Freire (1989) afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. (59)

É a partir da leitura do mundo, do chão onde se vive, que a educação contextualizada é importante para a política de Convivência com o Semiárido.

A educação contextualizada e a política de convivência com o clima são elementos fundamentais para se construir um projeto de desenvolvimento sustentável para o Semiárido. Para isso é necessário valorizar a região e suas potencialidades, especialmente as pessoas, respeitar a cultura local, enfrentar os problemas e elaborar políticas públicas adequadas para resolvê-los. (60)

Neste sentido, a educação contextualizada compõe a política pública de Cisternas a partir do Programa Cisternas nas escolas, com a intencionalidade do debate a partir do direito ao acesso à água em suas várias dimensões, casa, escola, produção e etc., tudo pautado no processo curricular formal das escolas do campo, de uma forma que professores, equipe pedagógica, educandos e educandas são convidados e convidadas a olhar para as estratégias de convivência nessa região. Segundo Silva;

“contextualizar é problematizar o objeto em estudo a partir dos conteúdos dos componentes curriculares fazendo a vinculação com a realidade situando-os no contexto e retornando com um novo olhar”. Sendo assim, a educação contextualizada para o Semiárido deve proporcionar um novo olhar sobre a região, um olhar de valorização e de respeito à cultura local. (61)

Outra forma de conhecimento contextualizado são os intercâmbios entre agricultores ou/e agricultoras onde os espaços da experimentação do dia a dia se materializam. Com base no método campesino a campesino (CaC), difundido na América Latina na década de 70, os intercâmbios seguem a lógica dessa metodologia onde o agricultor ou agricultora são sujeitos centrais de transformação da sua realidade, mesclando o conhecimento empírico como conhecimento técnico.

São nesses momentos que a troca de saber acontece a partir da observação, da conversa, da pergunta, possibilitando reinventar outras formas de fazer.

“Estamos conhecendo experiências de como as pessoas estão produzindo, e levaremos conhecimento para produzirmos alimentação saudável para nossa família, para comunidade e para vender na feira. Esse intercâmbio está sendo um momento de aprendizado, porque tem muitas coisas que não conhecíamos e agora estamos conhecendo”, disse a agricultora Maria Aparecida da Silva da comunidade Joaquim Gomes em Ouro Branco. (62)

A valorização do saber local, levando em consideração a ancestralidade, a cultura, a forma de fazer de cada povo, em diálogo com o saber acadêmico, técnico, que, quando juntos se complementam, promovendo ações sociais diversas. É nessa prática que se observa a Ecologia dos Saberes defendida por Boaventura, que diz que “a ecologia de saberes é um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm”. (63)

Assim, a formação para ação tem sido uma realidade cada vez mais marcante na construção dos territórios saudáveis e sustentáveis no Semiárido. Formações assim são evidenciadas nas trocas de experiências, sistematização de boas práticas e na capacitação de temáticas diversas para o enfrentamento das mudanças climáticas envolvendo não só a região Semiárida do Brasil, mas também as regiões semiáridas da América Latina e Centro América, envolvendo iniciativas de órgãos governamentais em parceria com a sociedade civil.

A formação para ação, a informação para ação de base territorial em parceria como saberes locais, governo, universidades, constitui em iniciativas que orbitam para se constituir o TSS, com o intuito da promoção à saúde. Essas ações territorializadas se fortalecem mutuamente a partir da educação popular em saúde e da educação contextualizada.

A vigilância popular em saúde tem embasamento teórico e prático, vinculado aos campos da vigilância e da educação em saúde. Alicerçados na educação popular, esses campos abrem a possibilidade de promover uma participação

popular qualificada, reorganizadora de saberes e práticas sanitárias. É importante ressaltar que o foco dessa participação recai na transformação da realidade social para a promoção de TSS. (64)

Falar em promoção à saúde é falar das ações estruturantes que perpassam a política de Convivência com o Semiárido, e é importante elencá-las para melhor entender os passos seguintes sobre a Vigilância Popular em Saúde. São elas: o acesso à água na centralidade das políticas públicas que envolvem a convivência como o projeto cisternas, que permitem o armazenamento de água para beber, cozinhar, produzir alimentos e para dessedentação animal, e o estoque em suas mais variadas formas, seja ele de sementes, semente animal, viveiro de mudas, educação contextualizada, agroecologia, saneamento rural. Tais iniciativas são o motor que impulsiona a vida nesse território.

3 VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE: UM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO POPULAR

3.1 OS CAMINHOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE: CONTEXTO HISTÓRICO

As políticas públicas voltadas à saúde no Brasil fazem parte da sua história recente. Ainda no Brasil Colônia, as recomendações de como evitar doenças vinham dos conhecimentos tradicionais indígenas ou dos famosos boticários.

Apenas com a chegada da Coroa real Portuguesa no Brasil, as preocupações voltadas à saúde ganham uma pouco mais de atenção, porém ainda muito centradas no poder colonizador, que controlava as formas de adoecimento. Segundo Galvão (65), a administração portuguesa não se caracterizou pela organização do espaço social visando a um ataque planejado e continuado às causas das doenças, agindo dentro de uma perspectiva mais de combate ao mal do que o de cultivar o bem.

Foi a partir da criação da Diretoria Geral da Saúde Pública (DGSP) em 1896, que a Vigilância em Saúde dá seus primeiros passos de forma um tanto conturbada com medidas enérgicas, causando resistência da população.

O DGSP criado pela lei 429, Dezembro de 1896, tinha por atribuições principais: direção dos serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais, fiscalização do exercício da medicina e farmácia, estudos sobre doenças infectocontagiosas, organização de estatísticas demográficas sanitárias e auxílio às unidades da federação, mediante solicitação de seus governantes, em situações especiais, como epidemias. (66)

No âmbito internacional a definição de VS foi utilizada pela primeira vez por A. Langmuir (1963) como uma ação que correspondia, essencialmente, à detecção, análise e disseminação de informação sobre doenças relevantes, que deveriam ser objetos de monitoramento contínuo. Vigilância epidemiológica e a campanha nacional de erradicação da

varíola nas décadas de sessenta e setenta dois fatores ajudam a propagar a Vigilância como instrumento da Saúde Pública.

Segundo Risi Júnior, a Campanha de Erradicação da Varíola introduziu no Brasil o novo conceito de Vigilância Epidemiológica, mediante contínua produção, análise, interpretação e divulgação de informações para a tomada de decisões e intervenções oportunas. E o segundo fator é o incentivo à criação de Sistemas de Vigilância Epidemiológica pela OMS e pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), nas décadas de 1960 e 1970. (67)

Com a redemocratização no Brasil, novos ares são respirados e os movimentos que já emergiam na década de 70, como é o exemplo do movimento de democratização à saúde que, somado a novos sujeitos sociais, surgem na luta contra a ditadura, são fortalecidos e ganham espaços para pautar ações de cunho transformador na sociedade.

Desta forma, a 8ª Conferência Nacional em Saúde, que reconheceu a saúde como direito de todos e dever do Estado, e propõe um Sistema Único de Saúde que fosse descentralizado e democrático, nominado como Reforma Sanitária (RS):

A partir dessa Conferência, a sociedade brasileira passou a dispor de um corpo doutrinário e um conjunto de proposições políticas voltados para a saúde que apontavam para a democratização da vida social e para uma Reforma Democrática do Estado. E é justamente esse processo de democratização da saúde que naquela época cunhou o nome de Reforma Sanitária. (68)

A RS, que teve como exemplo a reforma sanitária ocorrida em Cuba, Itália e modelos de organização dos sistemas de saúde na Inglaterra, Cuba, China e Rússia. A principal inovação da RS brasileira foi decorrente das várias teses com base na democratização da saúde, que pautou a participação social na formulação das políticas públicas de saúde no acompanhamento e avaliação, tornando-se um movimento fundamental

para a criação do Sistema Único de Saúde o SUS, aprovado pela Assembleia Constituinte, no ano de 1988 e da perspectiva da participação social nos serviços e conselhos de saúde.

O SUS nasce, e com ele seus princípios, tais como a universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação popular, o que garantiu, ao longo da história, inserção da participação da população brasileira na formulação de políticas públicas de direito à saúde a partir dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde, assim como de Colegiados de Gestão de Serviços de Saúde, estâncias estas denominadas de Participação comunitária.

Essa participação social vem fortalecer a saúde pública, trazendo mudanças na estrutura do arcabouço da saúde. Nesse mesmo contexto alguns arranjos institucionais com relação a vigilância foram criadas, a exemplo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), estrutura da organização do Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI), e a Secretária de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS).

Nos anos 90, a Lei N° 8.080, denominada Lei Orgânica da Saúde (LOS), inclui no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância sanitária; vigilância epidemiológica e de saúde do trabalhador e define seus conceitos, definindo-se, por sua vez, a vigilância epidemiológica como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. (69)

A VS é sem dúvida um instrumento importante para a saúde pública, uma vez que é responsável pela prevenção e doenças transmissíveis, pela vigilância de fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, pela saúde ambiental e do trabalhador e pela análise da saúde da população brasileira. Dessa forma, tal vigilância é um processo sistemático de coleta e consolidação e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, que por sua vez vai ajudar nas estratégias de implementação à saúde.

Porém, essa vigilância institucionalizada, centralizada e verticalizada desconsidera a participação social, o modo de vida dos habitantes. Neste sentido, os estudos da epidemiologia social que deu origem a Determinação Social da Saúde, a partir das discussões dos processos de adoecimento, que vão desde as teorias miasmáticas atribuindo a magia presente no ar e na água ao adoecimento, às teorias reducionistas unicasais, que defendiam que cada doença tinha um agente específico, até chegarmos à teoria multicausal, atribuindo o adoecimento a vários fatores que se relacionavam.

Já na segunda metade do século 20, a Teoria Multicausal foi ganhando o espaço da Teoria Unicausal, que já não explicava mais algumas doenças como câncer, transtornos mentais e doenças cardiovasculares. Enquanto isso, a Multicausal defendia que as doenças eram causadas por diversos fatores que se relacionavam. “Os pesquisadores ainda pensavam que achariam o micróbio da depressão e do câncer. Quando a Unicausal passou a não explicar mais a ocorrência e a distribuição de certas doenças, a Teoria Multicausal ganhou espaço”, relatou Francisco, destacando que a Multicausal é a teoria hegemônica até hoje, pois considera que características individuais, comportamentais, fatores de risco, estilo de vida, entre outras coisas, influenciam no aparecimento das doenças. (70)

Os estudos da epidemiologia social na década de 70 apontam que o modelo multicausal não seria por si só o responsável pelo processo de adoecimento, relacionando assim a saúde com a forma de organização da sociedade, e os conceitos de saúde aos modos de produção capitalista e formação socioeconômica, dando origem aos conceitos de Determinação Social da Saúde definido pela OMS, como:

As circunstâncias nas quais as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem, e envelhecem, e o amplo conjunto de forças e sistemas que moldam as condições da vida cotidiana. Essas forças e sistemas incluem sistemas e políticas econômicas, agendas de desenvolvimento, normas sociais, políticas sociais e sistemas políticos. (71)

Também na década de 70, o epidemiologista Jaime Breilh propõe uma mudança de para ver esses processos do adoecimento, no lugar da história natural da doença a história social da doença, abordando o processo tanto no caráter biológico como no social

Para Breilh, o social determina a ocorrência do biológico, pois temos que ver o modo de vida das pessoas para explicar certas doenças. Além disso, a Multicausal trata os fatores isoladamente, vendo o fenômeno de forma parcial. Já Breilh diz que o fenômeno saúde-doença deve ser visto em sua totalidade, considerando os processos gerais, particulares e singulares de cada indivíduo” (72)

Breilh propõe no seu estudo uma vigilância que leve em consideração um monitoramento participativo da saúde como instrumento de poder coletivo para uma prevenção profunda.

Há uma clara necessidade de dar um salto da vigilância convencional para a monitorização participativa e, actualmente, este passo implica: compreender o cenário histórico dos nossos países e perguntarmo-nos se o que queremos fazer é monitorizar passivamente os indicadores da derrota dos direitos laborais ou, pelo contrário, orientar as actividades de monitorização para um processo participativo de capacitação das nossas comunidades; em segundo lugar, implica reconhecer que a vigilância convencional dos "factores de doença" deve dar lugar à monitorização dos determinantes da saúde; e, finalmente, implica procurar em casos concretos de aplicação o conhecimento e a experiência necessários para avançar. (73)

Na contramão dessa vigilância centrada, soma-se a essa discussão a vigilância Civil, abordada por Victor Valla na década de 90, que incorpora à vigilância em saúde a participação da população por meio da educação popular de Paulo Freire, a partir do monitoramento desenvolvido coletivamente com a população permitindo trabalhar com situações de saúde. (74)

A ideia de uma “vigilância civil da saúde” foi criada por Victor Vincent Valla (1937-2009), que pensou o conceito como uma “monitoração civil” da saúde (VALLA, 1993b). Percebendo “a necessidade de a sociedade civil de caráter popular criar um banco de dados alternativo e desenvolver uma

monitoração dos agravos à saúde”, Valla (1993b, p. 106) pretendeu realizar “uma epidemiologia do cotidiano, desenvolvida pelos setores populares juntamente com profissionais interessados na proposta”. (75)

Nesse aspecto, as ideias da Vigilância Civil vão de encontro com a proposta de Vigilância Popular em Saúde. Segundo Meneses, é possível pensar o conceito de Vigilância Popular como uma espécie de “ouvidoria civil” da saúde, em que, a partir da experiência da população, unem-se os saberes profissionais aos populares, problematizados à luz das condições de vida e do conflito social daquela comunidade. (76)

3.2 VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE

O lugar da Vigilância em Saúde está no estado, seja ela ambiental, sanitária, epidemiológica ou do trabalhador, encontra-se nas vigilâncias, com atuação no SUS. No entanto, a vigilância popular em saúde tem seu lugar na comunidade, no território no chão de onde se pisa, e transforma a realidade. O seu protagonismo vem dos movimentos populares, daqueles e daquelas que entendem que a participação do povo em ações de promoção à saúde é fundamental para a luta de direitos, isso não quer dizer que ela não possa acontecer articulada com o estado, muito pelo contrário, pois essa conexão é essencial.

Desta maneira, duas estratégias são importantes para essa ação: o protagonismo popular, a informação e a formação para ação, a partir de dados gerados pelos territórios em situação de vulnerabilidade. Um exemplo disso foram as ações de enfrentamento à Covid que cada território fez com sua forma de organizar, envolvendo as comunidades com iniciativas de informação para ação a partir do que acontece nas comunidades.

Segundo Carneiro, para discutir a importância da determinação social da saúde, é necessário compreender o território, onde se expressam as interações, os conflitos, os

recursos, as necessidades e os problemas de saúde de uma dada população, assim como as potencialidades e estratégias de resistência. (77)

Entendendo o território como espaço potente, onde as relações humanas acontecem materializadas no saber diário, na produção de cultura, na transmissão do conhecimento ancestral, e também compreendendo que é um espaço abnegado historicamente pela precariedade das políticas públicas, que tornam esses espaços vulneráveis no processo de saúde e doença.

Podemos afirmar que se a doença é uma manifestação do indivíduo, a situação de saúde é uma manifestação do lugar. Os lugares e seus diversos contextos sociais, dentro de uma cidade ou região, são resultados de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais, que promovem condições particulares para a produção de doenças. (78)

A ação da vigilância popular em saúde como compartilhamento de uma multiplicidade de experiências, conhecimentos e visões de mundo, tem, então, como objetivo, a garantia da qualidade da informação para os processos de tomada de decisão, se dando de forma dialogada, e possibilitando a troca de saberes, trazendo para a centralidade o cuidado com as pessoas, sendo uma alternativa de pensar a saúde das coletividades em contraponto ao modelo hegemônico.

Esta perspectiva de vigilância se alicerça ou tem como referência um projeto emancipatório de sociedade, implicado com a democratização do SUS e com o aprofundamento e ressignificação da participação popular (79). É um conceito novo, que está ganhando forma. A VPS não é encarada como um conceito teórico bem definido, mas como uma necessidade social que emerge da crítica aos modelos formais de Vigilância em Saúde (80).

É neste sentido que a vigilância popular em saúde é um potencializador na perspectiva do cuidado com as relações com as pessoas no território, isso quer dizer que as

ações de vigilância popular em saúde buscam a potencialização dos processos autônomos desenvolvidos nos territórios. Ela deve ser contínua e de construção diária. Segundo Machado, ela é uma política pública popular e é produzida a partir da reflexão da formação para ação e não a partir de uma ação ou de um determinado saber externo ao território. (81)

É importante contextualizá-la a partir de uma efervescência de pensamentos que emergem na década de 70, como já mencionado aqui, assim como do Movimento Popular de Saúde (MOPS), que tinha por base a interlocução com as camadas populares e profissionais de saúde, que ao longo da história, ajudaram a constituir a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS, iniciado essa construção mediante criação da Rede Nacional de Educação Popular em Saúde, no ano de 1998 até ser formalizada com Política Nacional de Educação Popular mediante portaria do Ministério da Saúde, em 2013 (PNEPS-SUS), que objetiva a implementação da Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS, contribuindo com a participação popular, com a gestão participativa, com o controle social, o cuidado, a formação e as práticas educativas em saúde.

A Educação Popular em Saúde se constitui em uma ferramenta estratégica de apoio aos processos de redução das desigualdades regionais e das iniquidades sociais, além de fortalecer as pluralidades e diversidades culturais e as possibilidades de estar e ser no mundo. Ela potencializa a ampliação da participação social e da gestão compartilhada, extremamente necessárias nas relações entre os gestores e destes com os trabalhadores e usuários do SUS, auxiliando-os no fortalecimento da cidadania para a construção de uma sociedade que potencialize a vida. (82)

A Educação Popular em Saúde bebe da educação de Paulo Freire a partir da Pedagogia Crítica, que entende

[...] a Educação como prática de liberdade que, através da compreensão crítica da realidade, facilita que as pessoas sejam (re)conhecedoras das variadas formas de opressão e as mobiliza para enfrentá-las, entendendo o saber como pertencente a um ato maior, o de conhecer e compreender, e constituindo, assim, o elemento epistemológico da ação de aprender. (83)

E por sua vez a VPS saúde caminha com a educação popular Freiriana e a educação contextualizada, uma vez que leva em consideração o protagonismo popular no ato de fazer a partir das trocas de saberes entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico de forma horizontalizada, assim como a troca desses conhecimentos a partir de realidade concreta dos territórios.

Em outras palavras, a Vigilância Popular em Saúde deve acompanhar com seu trabalho a dinamicidade do território. Manter a rede do território como espaço instituinte, no nosso ponto de vista, é fundamental para definir as agendas da gestão do território, que de fato deem respostas às necessidades mais prementes da população. Ao mesmo tempo, a VPS fortalece e ressignifica a participação no SUS. (84)

4 FORMAÇÃO PARA AÇÃO: CICLOS DE ENCONTROS COMO FERRAMENTA AO ENFRENTAMENTO À COVID- 19

O momento pandêmico trouxe muitos desafios para a humanidade. Passamos a nos enxergar de uma outra forma, criando novas relações de convivência, novas formas de trabalhar, sendo desafiados dia a dia a superar esse novo momento.

As medidas de isolamento social, confinamento ou distanciamento social foram adotadas em diferentes níveis na Federação. Estas medidas, assim como a Covid, atingiram a todos de forma diferente, agravando principalmente o sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual. (85)

O confinamento que parecia ser de alguns meses passou a ser maior do que se esperava, as notícias de perda dos entes queridos e de pessoas que nunca se ouviu falar, causou a todos e todas dor e desespero, aliado ao desconforto de não se entender bem que vírus seria esse e sem muitas certezas das formas de contágio.

A ciência se debruçando para produzir em tempo *record* uma vacina e a desinformação desmanchando as poucas certezas que já se tinha. Soma-se a isso o descaso do governo federal de incentivar a continuidade das atividades comerciais com o lançamento de campanha tipo “O Brasil Não Pode Parar”, que teve sua circulação impedida pela justiça. (86)

É nesse cenário que o projeto do P1+2 fomentou, em sua fase final, se encontrava. Projeto este que tinha como financiador o BNDES e o MDS, e que objetivava a construção de 6.821 cisternas para produção dessas 2.380 com aporte financeiro para o fomento em duas frentes:

- Ampliar o direito a água para produção de alimentos para as famílias que vivem no meio rural do Semiárido financiado pelo BNDES;
- Acessar o fomento para um 1/3 das famílias, iniciando um processo de acompanhamento produtivo a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que foram

apoiadas pelo MDS na modalidade fomento com um aporte financeiro de R\$ 3.000,00 (três mil reais), que permitiu, por até 24 meses, o acompanhamento técnico destas famílias e a construção coletiva de seus processos produtivos.

Essa junção de duas políticas públicas fundamentais, acesso à água e fomento, permitiu a melhoria da condição de vida das famílias, em especial as famílias em situação de extrema pobreza, que não só conquistaram o direito à água como tiveram como planejar a produção de seus quintais com apoio técnico.

De uma situação de insegurança alimentar, essas famílias comemoram a chegada de condições mínimas para se manterem em suas terras, cultivá-las e colherem seus próprios alimentos. Os resultados apareceram em tempo curto. Bastaram dois anos para mudanças significativas na vida das famílias se tornarem realidade festejada. Tem família que está produzindo em quantidade que dá até para doar, trocar ou vender. Há relatos de economia por não carecer comprar tudo que antes era necessário. (87)

No entanto, diante do momento já mencionado e em cumprimento às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) de aderir ao distanciamento social, todas as organizações da rede ASA passam a trabalhar em casa de forma remota, paralisando toda e qualquer ação em campo.

A pandemia chega na fase final do projeto chamada 3ª fase Apoio à Comercialização, que segundo relatório de desempenho Final elaborado pela AP1MC, estavam previstos 5 (cinco) momentos:

Quadro 1. Etapas do projeto comercialização

1- Mobilização das famílias;
2- Capacitação das equipes técnicas da ASA para assessoria às famílias em processos de comercialização;
3- Capacitação em processo de comercialização;
4- Visita técnica da assessoria à comercialização;
5- Apoio a feiras agroecológicas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Após a conclusão das duas etapas anteriores, observou-se que o projeto atingiu os objetivos, que era tirar essas famílias de situação de isolamento social e insegurança alimentar, indo um pouco além, pois, muitas delas se tornaram produtoras e comercializadoras do excedente de suas produções. Desta constatação, justificou-se a necessidade de uma terceira etapa para o projeto na perspectiva do apoio a estratégias de comercialização. (88)

O trabalho em tempos de pandemia criou rotinas, misturando-se o local da casa com o escritório. O mesmo aconteceu com os trabalhos da equipe técnica, os cômodos das casas viram a extensão do campo. Sendo assim, a estratégia encontrada pela ASA foi dar continuidade às atividades do projeto de forma virtual, a capacitação dos técnicos e das técnicas das organizações, bem como a mobilização das famílias pelas plataformas de reunião e bate papo. Porém, algumas atividades, como as visitas técnicas e as feiras, não seriam possíveis de serem realizadas de forma virtual, o que suscitou a seguinte dúvida: como retornar a campo em tempos de pandemia?

Mediante esse questionamento, passou a ser formulada uma nova formação-ação. Entendendo que a troca de saberes e a escuta dos territórios são o que norteiam a ação da Rede, é que se passou a discutir o que seria feito para esse retorno, que medidas teriam que ser adotadas, e que passos seriam necessários para isso.

O desenho dessa proposta contou com a parceria da Fiocruz, que desde meados de 2018 firmou um Termo de Acordo de Cooperação com a ASA, na perspectiva de construir o curso livre de Vigilância Popular em Saúde e o Caminho das Águas de base territorial, tendo como foco os Territórios Saudáveis e Sustentáveis do Semiárido (TSSS). Sendo assim, a equipe de coordenação do curso é formada pela equipe da ASA e da Fiocruz.

O que fazer e o como fazer tem foco na vigilância popular em saúde de base territorial integrada e participativa, na Pedagogia do cuidado, na educação popular com base na educação contextualizada, levando em consideração os temas centrais presentes no território que são: a água, produção e consumo de alimentos saudáveis e a circulação das

peessoas no território, que (89) são ligações entre os grupos que é definida pela presença física, mas também pela construção de redes, relacionadas à vigilância popular.

Partir do Chão é a chave para começarmos a produzir as mudanças. O território é o lugar que se situa a ação, e de onde se parte para descobrir os caminhos possíveis. As ações transformadoras desse processo é o conhecimento, e a ação, na práxis emancipadora constituinte do inédito-viável afirmado por Freire como:

[...] a materialização historicamente possível do sonho almejado. É uma proposta prática de superação, pelo menos em parte, dos aspectos opressores percebidos no processo de conhecimento que toma como ponto de partida a análise crítica da realidade. O risco de assumir a luta pelo inédito-viável é, pois, uma decorrência da natureza utópica, própria da consciência crítica, e encerra em si uma perspectiva metodológica, visto que faz do ato de sonhar coletivamente um movimento transformador. (90)

O dever de mudarmos a nós mesmos dialeticamente mudando o mundo e sendo por este mudado (91) foi o tom dado à formação do Ciclo de Encontros, incorporando os saberes acumulados que fomentaram a Convivência com o Semiárido, a partir dos processos históricos daqueles que ali vivem com a participação de outros atores e atrizes que vivem a prática de saúde nas comunidades. Segundo Machado (92), dessa forma, objetiva-se conectar tais grupos com a saúde, construindo uma comunicação e uma narrativa comum, compartilhada e problematizada para ação, para a execução.

A formação-ação denominada Ciclo de Encontros: Territórios, Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro, Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia, que ao longo do processo ganhou status de Curso Livre, foi construída com muito diálogo, entendendo que todos estavam em isolamento e distantes de suas bases.

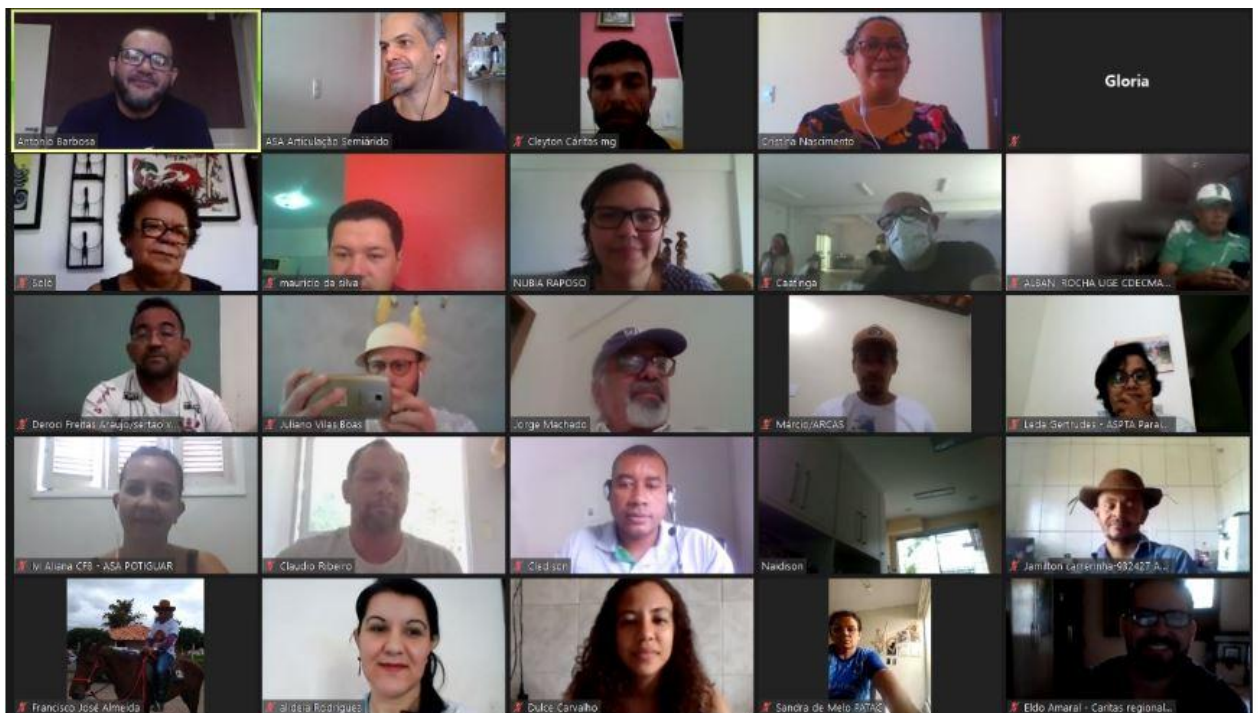
Dessa forma, o primeiro caminho foi a realização de um encontro virtual envolvendo todas as organizações da Rede ASA, Comitê científico, Fórum dos Gestores e

Gestoras da agricultura familiar do Nordeste⁴⁴, braço operativo do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, também conhecido como Consórcio Nordeste. (93)

Por conseguinte, o primeiro Ciclo de Encontro chamado Os Impactos do Coronavírus no Meio Rural Semiárido: realidades, desafios e perspectivas, tendo como perguntas norteadoras: O que significa dizer que é possível conviver com o novo coronavírus? Qual o lugar e papel da sociedade civil organizada e do Estado neste processo? O que podemos fazer juntos de forma emergencial e estruturada?

Esse primeiro contato permitiu perceber quais iniciativas se estavam tomando nos territórios e que medidas, mais no campo político, estavam sendo pensadas, sendo fundamentais para o entendimento do momento atual.

Figura 7 - Webnário Os Impactos do Corona Vírus no Meio Rural do Semiárido



Fonte: arquivo da ASA.

⁴⁴ Tem por objetivo ajudar na tomada de decisão sobre as ações de enfrentamento à pandemia do corona vírus.

A partir dessa escuta, que trouxe elementos importantes para a construção do processo de formação, reforçando a importância da articulação intersetorial na construção de momentos como esses, e favorecendo a construção de caminhos a partir do que o comitê Científico do Nordeste, o Fórum de Secretários, a Fiocruz e a própria rede ASA têm feito para o enfrentamento da pandemia.

O Webnário foi de fundamental importância para nortear os caminhos do processo de formação a partir da informação para ação, que vem da esfera governamental, e da comunidade calcada na trajetória de resistência.

4.1 METODOLOGIA DO CICLO DE ENCONTROS - FORMAÇÃO PARA AÇÃO

Os programas criados para a política de Convivência com o Semiárido pela ASA trazem nos seus pilares a formação e a mobilização social. Não à toa são denominados de Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido. Formação esta que está alicerçada na valorização do saber local, nos princípios da educação libertadora, onde todos e todas ensinam e aprendem a partir da reflexão sobre a realidade, ou seja, a educação como prática da liberdade, tão proclamada por Paulo Freire.

Além da formação e mobilização social, a ação em rede é fundamental para a eficácia dos processos. Por isso, o Ciclo tem a pretensão da formação de redes entre agentes de saúde e a rede ASA, na perspectiva da Vigilância. Segundo Machado, essa vigilância deve produzir e inserir ações nos planos e projetos de conexão entre redes, temas, lugares e pessoas, em uma epidemiologia situada nos territórios. (94)

Com base nisso, a metodologia utilizada para a formação do Ciclo de encontros foi fundamentada na troca de experiência do conhecimento local (escuta do território), na ideia de sempre partir do conhecimento do chão que se pisa, da educação contextualizada,

que, segundo Baptista (95), é contextualizada na medida que ela parte da realidade da vida, com seus limites e potencialidades, e constrói conhecimentos para a modificação dessa mesma realidade, considerando as pessoas como produtoras de conhecimento.

Baseado no método de Círculo de Cultura Popular de Paulo Freire, que contribuiu para desconstruir o modelo sistêmico de ensino autoritário e excludente, que não considerava a realidade das classes populares sua identidade cultural até seu encontro territorial geográfico.

Por Paulo Freire (1991) os Círculos de Cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Para Freire, essa concepção promove a horizontalidade na relação educador-educando e a valorização das culturas locais, da oralidade, contrapondo-se em seu caráter humanístico, à visão elitista de educação. (96)

Produzir reflexões acerca das suas próprias experiências, trilhando assim o caminho da investigação com busca das ações no território para enfrentamento ao vírus, e ajudando a definir os pontos de partida para definição dos temas que possibilitaram a compreensão da realidade.

A Tematização, ou seja, processo no qual os temas e palavras geradoras são codificados e decodificados buscando a consciência do vivido, o seu significado social, possibilitando a ampliação do conhecimento e a compreensão dos educandos sobre a própria realidade, na perspectiva de intervir criticamente sobre ela. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. (97)

Por fim, a problematização trazida por Freire, que impõe ênfase no sujeito prático que discute os problemas surgidos da observação da realidade com todas as suas contradições, buscando explicações que o ajudem a transformá-la. Sendo assim, a problematização emerge como momento pedagógico, como práxis social, como manifestação de um mundo refletido

com o conjunto dos atores, possibilitando a formulação de conhecimentos com base na vivência de experiências significativas.

Essa forma de fazer e construir o conhecimento, como já dito, são estratégias utilizadas pela rede ASA há bastante tempo. O elemento novo nesse contexto é trazer a Vigilância Popular em Saúde como elemento metodológico para ação ao enfrentamento da Covid, que segundo Machado

Vigilância Popular em Saúde é uma estratégia de ação e de promoção da saúde em busca de respostas aos desafios colocados no enfrentamento da Covid-19. Caracteriza-se em uma atividade permanente de formação para orientar a ação institucional e popular, apta a captar as dinâmicas dos temas, dos problemas, das necessidades, assim como, potencialidades e instrumentais disponíveis nos territórios, visando a redução da transmissibilidade, o manejo clínico epidemiológico da propagação da doença e a redução dos múltiplos impactos da Covid-19, em especial em contextos de vulnerabilidades e resiliências. (98)

Olhar o território na promoção da saúde foi o caminho trilhado, o fazer e como fazer. Ainda segundo Machado (99), a vigilância se alicerça ou tem como referência um projeto emancipatório de sociedade, implicado com a democratização do SUS e com o aprofundamento e ressignificação da participação popular. Essa proposição, por sua vez, orienta a vigilância em saúde no sentido de reprodução social, a partir das necessidades da população.

Desta maneira, embasaram o processo de formação os 10 (dez) mandamentos da Vigilância Popular em Saúde em tempos de Pandemia:

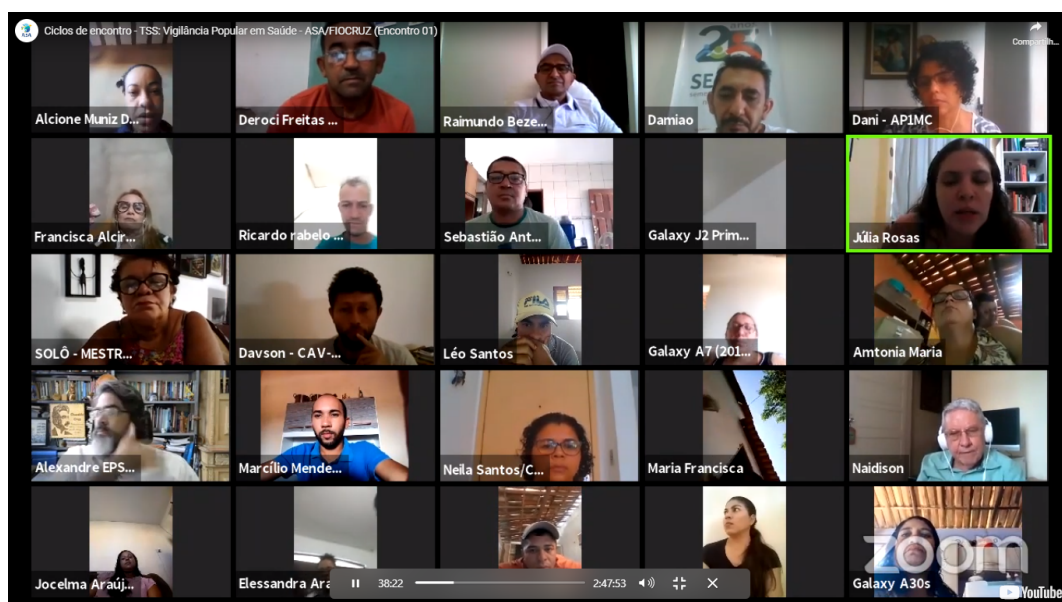
1. Epidemiologia Situada
2. Mediação da Formação como Ação (Educação Situada)
3. A atividade de Vigilância Popular em Saúde, como atividade do grupo
4. Participação com as Narrativas dos Territórios
5. Promoção de Saúde intersetorial com dimensões múltiplas

6. Território Saudáveis e Sustentáveis (conceito integrado dessa perspectiva)
7. Conexão (entre redes, temas, lugares, pessoas)
8. Comunicação
9. Integração do Cuidado
10. Prevenção

Baseada na Pedagogia da alternância, que segundo Begnami, 2011 “[...] a alternância é definida como uma pedagogia de relações, ou seja, relações entre instituições, sujeitos, diálogo entre os diferentes saberes e a utilização de metodologias participativas nos processos de formação, numa perspectiva dialética ou dialógica”. (100)

O Ciclo utilizou esse método, que consiste em momentos presenciais. Neste caso, os momentos virtuais e os momentos de comunidade estes últimos sendo os trabalhos desenvolvidos pós momento virtual, fazendo com que o debate sobre o tema tratado seja mais refletido e discutido por todos, buscando encontrar soluções ou aperfeiçoando as possíveis ações já utilizadas em seus meios de vida.

Figura 8 - Primeiro dia da Formação para Ação 20/08/2020



Fonte: Link de acesso <https://www.youtube.com/watch?v=8rtxdT3nO2k>

A metodologia utilizada nas formações teve por base a educação popular, privilegiando a escuta dos relatos de experiência, e privilegiando as trocas e reflexões, sendo dividida em três momentos:

1º Momento: síntese do encontro anterior e apresentação dos trabalhos em grupo, que tem por finalidade socializar como os presentes o que foi trabalhado nos grupos a partir da experiência vivida nos territórios;

2º Momento: Abordagem de um novo tema, a partir do compartilhamento e da análise de experiências inovadoras e instigantes a ele relacionadas, este momento busca aprofundar teoricamente um novo tema em diálogo com o vivido pelos grupos;

3º Momento: Debate na Plenária e debate em grupo sobre o novo tema, tem como intencionalidade fazer as sínteses entre o vivido, o conhecimento científico resultando em novas construções de conhecimento e apontar novas necessidades

Cada grupo foi dividido em subgrupos, para debates menores, aprofundamento dos temas, trabalhos de subgrupos, mediação de debates acompanhados por tutores, tirando dúvidas, trocando informações, etc.

A organização dos conteúdos dialoga com os eixos que fortalecem a Convivência com o Semiárido, que está na centralidade a água, os alimentos e as pessoas. Esses três elementos são fundamentais para as estratégias de enfrentamento ao vírus em suas diversas dimensões. Compreendendo que sem a água armazenada nas cisternas, possibilitando o consumo e a produção saudáveis, talvez a crise sanitária teria sido pior. Por isso, a importância da formação caminhar pelos temas que fortalecem a Convivência com o Semiárido na dimensão do caminho das águas, dos alimentos e das pessoas.

Segundo Arjona, o processo pedagógico acontece por meio da codificação e descodificação da realidade concreta. Trata-se de um trabalho realizado a partir de temas que

fazem sentido para a população. A partir desses temas, seria possível desenvolver uma leitura crítica da realidade para descodificá-la. (101)

Abaixo, os temas abordados no Ciclo de Encontros:

Quadro 2. Temas e Conteúdos

TEMA	CONTEÚDO
Resistência no Semiárido e Contexto Socioambiental e Sanitário em tempos de pandemia	Resgate da caminhada da Rede ASA, contextualização da Convivência com o Semiárido e desafios do momento atual de pandemia. Promoção da saúde, em tempos de pandemia. Vigilância popular em saúde. Saúde e Território. Conexão entre os caminhos das pessoas, das águas e dos alimentos. Experiência da atuação de uma organização, em campo, na pandemia. Visibilização de experiências de vigilância e de promoção da saúde em comunidades. Olhar da saúde nos territórios
Caminhos das Águas em tempos de pandemia	Experiência em territórios, abordando os caminhos das águas nas comunidades/territórios, considerando as águas disponíveis. Integração entre os caminhos das águas e as Barreiras Sanitárias Múltiplas e a Vigilância Popular em Saúde.
Segurança Alimentar em tempos de pandemia	Experiências territoriais com quintais produtivos e bancos de sementes. Promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. A cultura alimentar como expressão de Bem, de relação de harmonia com a vida. Território como patrimônio alimentar. Alimentos de verdade e nutrição. Diásporas alimentares
Planos de Vigilância Popular em Saúde em tempos de Pandemia	A construção de Estratégias de Ação e Conexão na Vigilância Popular em Saúde de base territorializada. Experiência sobre Estratégias de Ação e Conexão: a formação de agentes populares em saúde. Síntese e conexão futura para construção de estratégias de vigilância popular.
Encerramento e Caminhos Futuros	Síntese dos trabalhos produzidos coletivamente e delineamento de rumos a seguir

Fonte: Caderno de sistematização do Ciclo.

Seguindo esta conexão dos temas trabalhados, este trabalho teve por objetivo dar luz às ações territorializantes, fortalecer o que já existe e despertar para outros aspectos da temática.

Assim, as perguntas geradoras têm a intenção de problematizar a realidade neste sentido, a problematização emerge como momento pedagógico, como práxis social, como manifestação de um mundo refletido com o conjunto dos atores, possibilitando a formulação de conhecimentos com base na vivência de experiências significativas.

Quadro 3. Perguntas Geradoras

ENCONTROS	PERGUNTA GERADORA
Encontro 01	<ul style="list-style-type: none"> ● Onde as ações dos programas da ASA e as ações de saúde se interrelacionam nas comunidades em que atuamos? ● Como essas interações acontecem? Ou por que não acontecem?
Encontro 02	<ul style="list-style-type: none"> ● Quais as barreiras sanitárias múltiplas que você reconhece no seu território? ● Que ações já existem ou podem ser realizadas para contribuir para a implantação das barreiras sanitárias múltiplas, nas comunidades em que atuamos? ● Como as comunidades, a partir dos caminhos das águas, podem construir barreiras sanitárias múltiplas?
Encontro 03	<ul style="list-style-type: none"> ● De que forma o caminho da alimentação saudável pode fortalecer as estratégias de estabelecimento de barreiras sanitárias? ● De que forma as famílias podem se fortalecer para a produção, circulação, distribuição e acesso a alimentos saudáveis, em tempos de pandemia? Considerando o caminho da alimentação saudável e o caminho das águas, quais as outras possibilidades de construção e fortalecimento, associadas às barreiras sanitárias múltiplas, nas comunidades?
Encontro 04	<ul style="list-style-type: none"> ● Com base nas discussões e debates anteriores, como construímos procedimentos e estratégias territoriais de ação de Vigilância Popular em Saúde?
Encontro 05	<ul style="list-style-type: none"> ● Orientação para a produção de documentos institucionais, definindo estratégias de retorno a campo, incluindo o levantamento de todos os materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que serão necessários para a

	volta ao campo. A cargo das organizações da ASA.
--	--

Fonte: Caderno de Sistematização do Ciclo de Encontro.

Levando em consideração os tempos das pessoas e as limitações do mundo da tecnologia, o processo de formação foi realizado uma vez por semana, com duração de três horas. Foram realizados cinco encontros com momentos distintos e dinâmicos, trazendo outro elemento importante para a construção do conhecimento, que é troca do conhecimento com os diversos sujeitos que atuam no território com os conhecimentos acadêmicos.

4.2 OS ATORES E AS ATRIZES PARTICIPANTES DO CICLO DE ENCONTROS

O reconhecimento do papel dos moradores como sujeitos implica em integrar seu conhecimento sobre o território, produzido por aqueles que são especialistas do lugar, os analistas práticos, que conhecem mais do que ninguém sua realidade (102). Com base nessa reflexão, para além dos técnicos/as que trabalham e vivem o território, foi necessário convidar outros atores que vivem o território. Fortalecendo assim a ideia de conexões em rede das diversas pessoas que formam o território.

Dessa forma, integraram o processo de formação, para além dos técnicos e das técnicas das organizações da ASA, as secretarias de saúde, os ACS, AVS, outros profissionais de saúde que atuam na região, assim como os educandos e as educandas do Mestrado profissional em Saúde Pública, fortalecendo os dois pilares estruturantes da promoção à Saúde: intersetorialidade e a participação comunitária, que fortalecem a circulação do conhecimento, permitindo respostas mais eficazes.

O conhecimento produzido no cotidiano do território e sua circulação nas redes locais é o que possibilita aos sistemas de saúde e de outras áreas da gestão, acompanhar a dinamicidade local e dar respostas mais adequadas.

Esse conhecimento é essencial para compreender as necessidades reais do território, bem como, construir uma linguagem comum e habilidade em lidar com os tempos diferenciados, institucionais e do território, que são centrais e definem a possibilidade de comunicação e de resposta aos problemas. (103)

Como já dito anteriormente, o povo do Semiárido é diverso, com formas diversas e culturais de viver, envolvendo comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e tantas outras gentes que formam esse lugar rico em vida e em possibilidades. É válido destacar que essa diversidade de sujeitos estava presente na formação. Foram 238 pessoas que atuaram como participantes ou apresentando seus relatos de experiências.

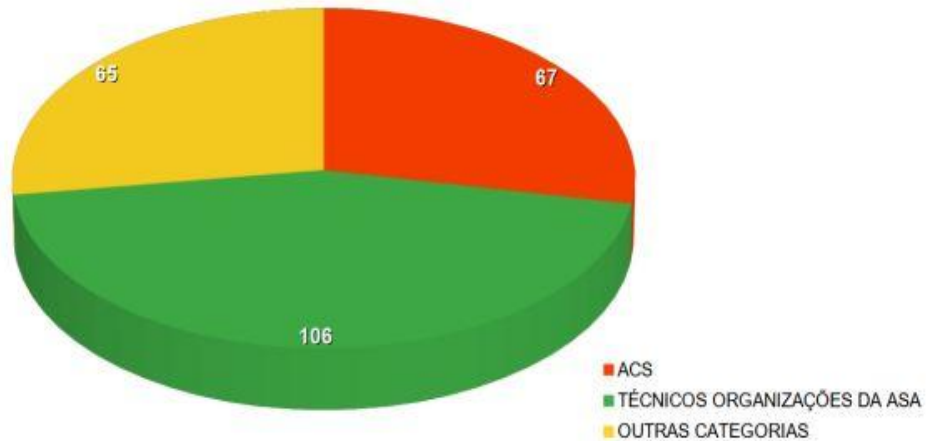
Abaixo, quantidade de pessoas por categoria e gênero:

Tabela 3. Participantes por categoria e gênero

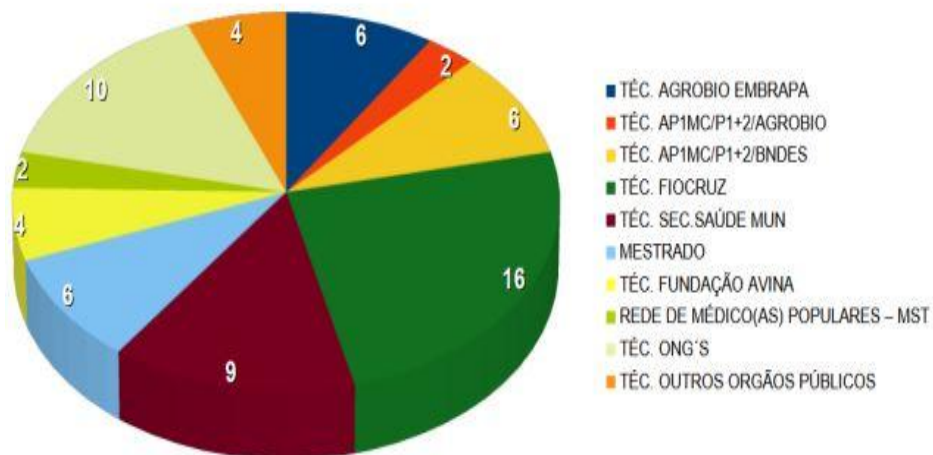
CATEGORIA	QUANT. TOTAL	MULHERES	HOMENS
ACS E AVS	67	50	17
TÉCNICOS/AS ASA	106	52	54
TÉCNICOS/AS AP1MC	8	5	3
TECN. AGROBIO ⁶	6	3	3
CONS. PASTORAL DOS PESCADORES	1	1	0
FIOCRUZ	17	12	4
FUNASA	1	1	0
FUNDAÇÃO AVINA	4	2	2
GRUPO DE MULHERES DE FORTUNA	1	1	0
MESTRADO	7	5	2
MINISTÉRIO DA CIDADANIA	1	1	0
MST	1	1	0
REDE DE MÉDICOS/AS	1	1	0
REFAISA	2	1	1
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1	0	1
SECRETARIAS DE SAÚDE	9	5	4
SISAR ⁷	3	2	1
UFRPE	1	1	0
TOTAL	238	145	93

Fonte: Caderno de Sistematização do Ciclo de encontros.

Verifica-se no gráfico 01 que a participação dos técnicos da rede ASA e de Agentes de Saúde são consideravelmente mais expressivos em relação as outras categorias gráfico 02.

Gráfico 1. Perfil dos participantes

Fonte: Caderno de sistematização do Ciclo de Encontros.

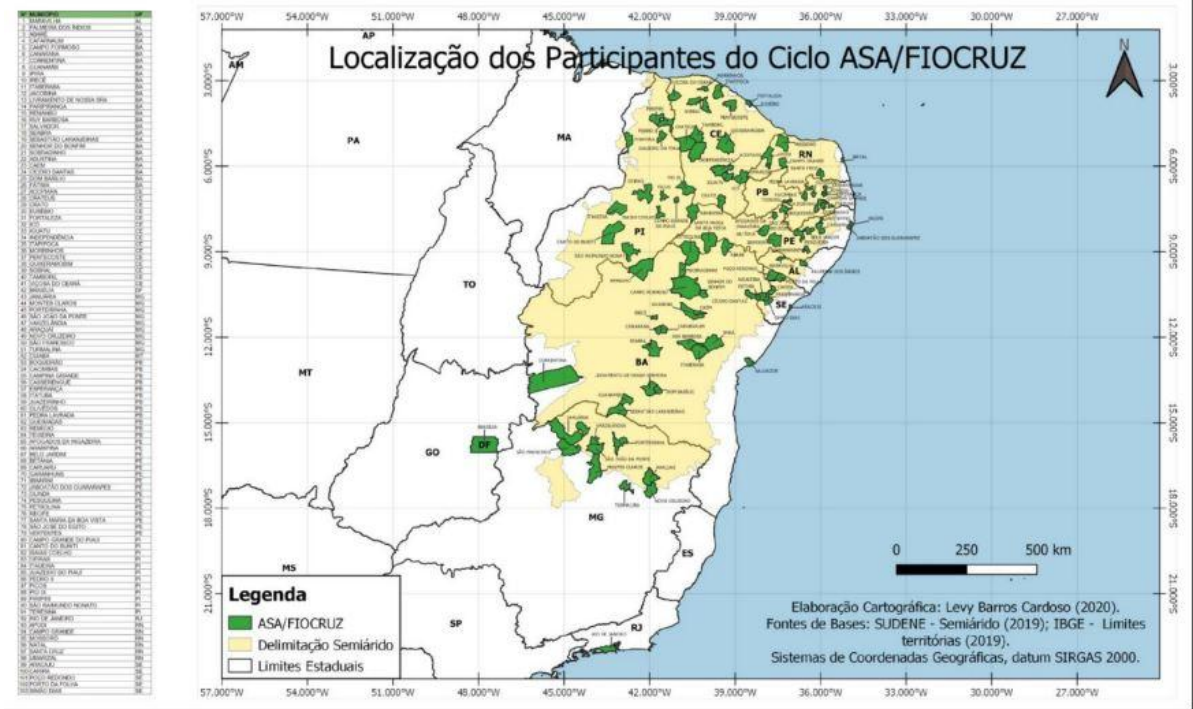
Gráfico 2. Perfil das outras categorias

Fonte: Caderno de sistematização do Ciclo de Encontros.

O público, além de ser diverso, estava localizado nos 09 (nove) estados que formam o Semiárido. Nos mapas abaixo, é possível verificar todos os participantes no Mapa 01; já no Mapa 02, observa-se todos os participantes técnicos e técnicas da Rede ASA e fora da rede também; e no Mapa 03 os/as participantes profissionais da Saúde.

Mapa 1. Localização dos Participantes

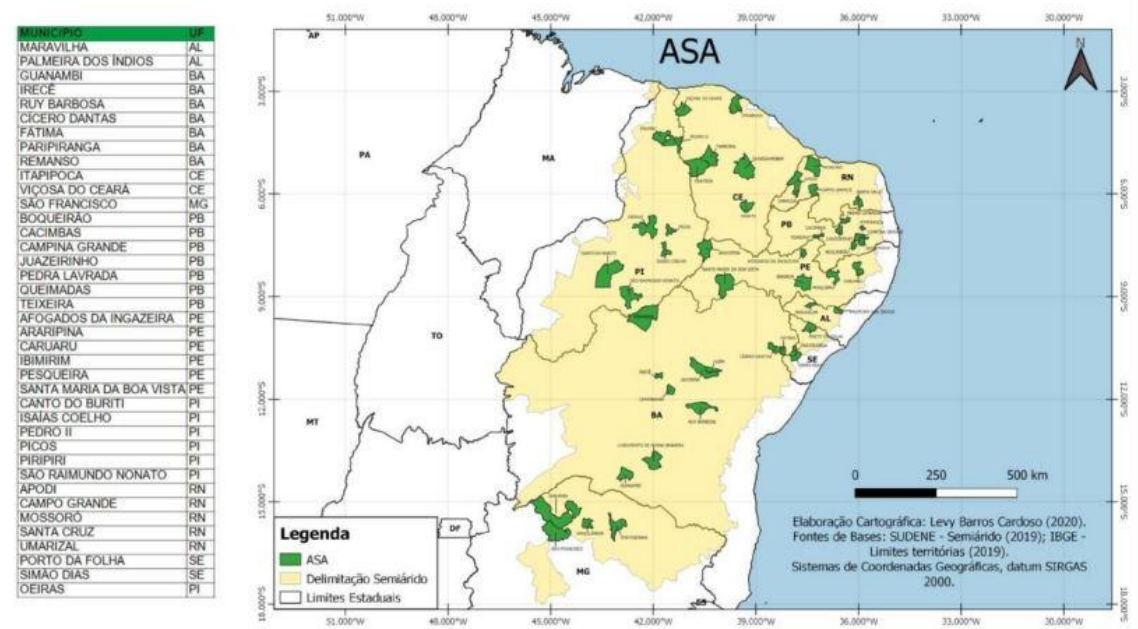
Localização dos Participantes



Fonte: Caderno de sistematização do Ciclo de Encontros.

Mapa 2. Localização dos Técnicos e Técnicas da Rede ASA

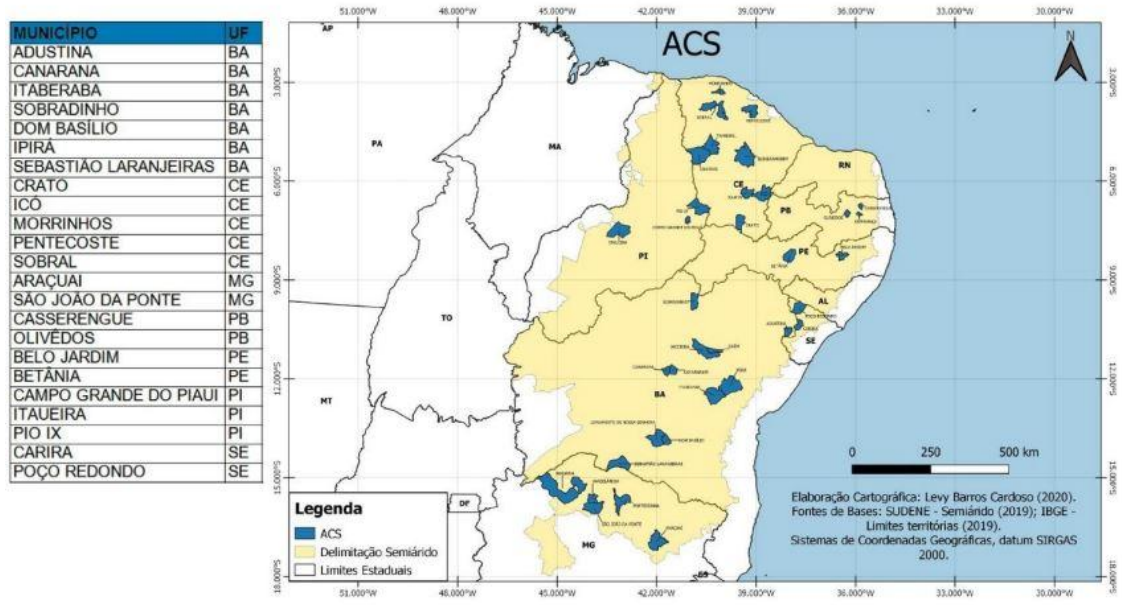
Localização dos Técnicos da Rede ASA participantes do ciclo, nos municípios do Semiárido



Fonte: Caderno de sistematização do Ciclo de Encontros.

Mapa 3. Localização dos ACS

Localização dos ACS participantes do ciclo, nos municípios do Semiárido



Fonte: Caderno de sistematização do Ciclo de Encontros.

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir da análise dos temas trabalhados na formação, observou-se que três categorias temáticas foram indutoras neste processo: a Convivência com o Semiárido, sendo um arcabouço de ações que permite que a vida aconteça plenamente; Territórios Saudáveis e Sustentáveis sendo o lugar potencializado pela Convivência, levando em consideração as ações em rede fomentada pelas políticas públicas, com participação social em seu direcionamento e intersetorialidade para promoção da saúde e o Bem viver, com resultado desses elementos.

A partir dessas categorias, outras categorias estruturaram o processo de formação. A Vigilância Popular em Saúde é percebida como uma ação mais concreta, uma metodologia que apontou a forma de como fazer, com quem fazer e o que fazer, dando sustentação ao processo de formação a partir da educação popular, epidemiologia situada e os caminhos das águas, dos alimentos e das pessoas, estas últimas utilizadas como estratégia de Vigilância para o enfrentamento ao momento pandêmico.

À medida que a pandemia evoluiu, ficou evidente que a prevenção e a vigilância poderiam ter evitado muitas mortes. Para os profissionais de saúde, a frase “mortes são evitáveis” passou a ser a motivação para uma dedicação extrema. Inúmeros encontros virtuais, em formato de lives, foram realizados. Todo esse esforço não é quantificável. Foi um trabalho movido em defesa da vida, em defesa do SUS, pela promoção da pedagogia do cuidado. (104)

Esses três elementos dialogam diretamente com a Vigilância Popular, sendo estratégicos para o processo de formação, considerando a educação popular, as técnicas populares de vigilância, os saberes populares, o cuidado coletivo e individual.

5.1 O CAMINHO DAS ÁGUAS

O acesso à água é a centralidade das ações e debates da Rede ASA é a partir da discussão do direito à água que as estratégias de Convivência com o Semiárido são construídas. Os sertanejos e sertanejas ao longo da história foram criando formas de sobreviver longos períodos de estiagem armazenando água em baldes advindos de barreiros, poços e açudes por vezes contaminados.

Sistematizar o modo de fazer da gente do Semiárido foi o grande salto de qualidade para chegar no desenho do que seria as ações de convivência com essa região, entender que não se combate à seca e sim que se convive com ela a partir do estoque da água, das sementes, da criação de animais apropriados a região, da educação contextualizada e de políticas públicas adequadas a esse território permitiram a mudança de vida das pessoas assim como a alteração da paisagem desse território.

É nesse contexto, um pouco mais favorável, que foi possível atravessar sem uma catástrofe o período pandêmico nessa região, sem a democratização da água, o enfrentamento a pandemia seria impossível. A água da chuva armazenada nas cisternas foi um acalanto no momento tão difícil, a garantia de ter água e sabão para a higienizar as mãos e produzir seus próprios alimentos contribuíram para o fortalecimento das barreiras sanitárias.

As diversas águas que se tem em uma comunidade foram fundamentais para o enfrentamento da Covid-19, reforçando o argumento da necessidade da criação de diversas aguadas para o fortalecimento da comunidade. Dessa forma, as diversas formas de armazenar a água como a cisterna de beber, a cisterna de produção, a cisterna nas escolas, a água comunitária, a água do poço, do açude e dos barreiros, contribuíra como barreiras sanitárias para as famílias e comunidades.

O mapa dos caminhos das águas é um instrumento importante para cuidar da saúde nos territórios. Com a última grande estiagem, ocorrida entre 2012-2017, houve uma crise hídrica, climática, hidrológica e agrícola, sem precedentes para a região. Não fossem as cisternas e o conhecimento adquirido sobre os recursos disponíveis, o povo teria vivido uma tragédia ainda maior do que a verificada (105)

O cuidado com essas aguadas sempre foi estimulado nos processos de formação da rede ASA, e ainda mais fortalecida a partir do Ciclo de Encontros. O cuidado em limpar o telhado e a calha de onde cai as primeiras chuvas é um hábito dos sertanejos e sertanejas. Ao som das primeiras gotas de chuva, a preocupação é deixar tudo limpo e organizado para receber as águas tão esperadas, bem como a limpeza da parte interna da cisterna, seja ela de beber ou de produção.

A partir da água se desdobra uma série de possibilidades, dentre elas a produção de alimentos. A cisterna de água de produção possibilitou ao agricultor e a agricultora, a partir desse armazenamento, com capacidade de 52 mil litros, plantar suas hortaliças, leguminosas, frutíferas e, por conseguinte, alimentar seus animais garantindo a soberania alimentar, de alimentos diversos, de muitos agricultores antes e durante a pandemia.

[...] acredita-se que os impactos negativos do vírus, na região do semiárido brasileiro, poderiam ter sido maiores, se não fossem as Estratégias de Convivência com Semiárido. Isso porque, quando o vírus chega aos territórios da região, os sertanejos já contavam com estoque de água para beber e para produzir, como revela um agricultor do sertão central do Ceará, em matéria publicada no *Le Monde Diplomatique Brasil*: “o que seria viver no semiárido sem a cisterna: quem tem cisterna em casa está escapando bem, estamos levando na maré mansa porque esse vírus é uma coisa que veio determinado, a gente sabe que as feiras não podem voltar agora mas eu continuo com uma plantação pequena e tenho o que comer”. (106)

A água educa e é mobilizadora de solidariedade. As cisternas não chegaram para todos e todas, a universalização da água no Semiárido ainda não é uma realidade, por isso as famílias que tinham água nas cisternas disponibilizam a água para quem não tinha, esse ato solidário foi registradas durante o Ciclo de encontros. A partilha da água com os e as vizinhas

que não tinham água nem para lavar as mãos foram depoimentos marcantes durante o processo de formação, reforçando a pedagogia do cuidado e da solidariedade.

Compreendemos que o caminho das águas, suas interações no momento pandêmico e pós pandêmico, poderia possibilitar o fortalecimento de uma pedagogia do cuidado que inclui a problematização de questões relacionadas à alimentação, à fome, à produção e à distribuição de comida, às feiras e projetos territorializados de manejo das águas e alimentos. Como decorrência, os caminhos dos alimentos e das pessoas passaram a configurar-se como temas geradores para promoção da saúde nos territórios e a vigilância popular em saúde ambiental nos caminhos das pessoas, das águas e dos alimentos, como um processo aberto, uma estratégia em construção permanente. Nesse contexto, a ação dialógica entre os movimentos populares e comunitários, academia e os trabalhadores do SUS também ganhou renovada relevância. (107)

5.2 O CAMINHO DOS ALIMENTOS

Como já dito, a democratização ao acesso à água é de fundamental importância para a população que vive no Semiárido. Ter água para beber e cozinhar é adquirir qualidade de vida principalmente quando também se acessa água para plantar, produzir sua própria comida e alimentar os animais garantindo assim segurança alimentar e nutricional da família.

O método de análise dos agroecossistemas utilizado no projeto favoreceu um olhar mais atento das famílias para o ao redor de casa, também chamado de quintal, como lugar potente de produção, sobretudo evidenciado pelo trabalho feminino e de espaço de promoção à saúde. São nos quintais que são plantadas as hortaliças, as plantas medicinais, as árvores frutíferas e a criação dos animais de pequeno porte como galinhas, bode, porco dentre outros.

Mas também é do roçado que a comida é garantida. Foram a partir desses espaços que muitas famílias puderam passar, de maneira menos angustiante, pela pandemia tendo o que comer e até mesmo vendendo o excedente da produção. Com a impossibilidade de sair de casa por conta do isolamento social, muitos municípios decretaram a proibição de circulação

das pessoas, o que impactou na economia local, em especial daqueles e daquelas pessoas que comercializavam em feiras, porém novas estratégias foram incorporadas ao novo cenário.

Ideias simples foram postas em prática como a criação de grupos de WhatsApp com o intuito de comercializar alguns produtos com a entrega porta a porta, comercialização no portão de casa ou até mesmo em feiras menores realizada na comunidade chamada de feiras de circuito curto.

É importante frisar que uma das finalidades do processo de formação do Ciclo foi possibilitar o retorno do trabalho a campo pelos técnicos e técnicas no apoio as feiras e dos processos de comercialização realizada pelas das famílias, sendo assim, a comercialização a partir das feiras, seja ela de circuito curto ou nas cidades foi orientada com base na discussão feita no ciclo de encontros.

A produção de alimento além de possibilitar a comida no prato diariamente e fortalecer a economia tanto familiar como local também foi um aliado da saúde mental. Plantar foi entendido como uma atividade terapêutica, como foi relatado por tantas vezes durante o processo de formação, as narrativas nos apontam que tal ato foi uma ferramenta importante para superar o momento tão difícil para tantas famílias.

No cuidado diário utilizar as plantas medicinais foi outra ferramenta de cura, prática há muito utilizada, sobretudo pelas mulheres, que as cultivam nos quintais de casa para o trato das dores causadas pelo vírus como dor no corpo, dor de cabeça e febre.

Pode-se verificar fortemente a prática da doação ou da troca de alimentos e plantas medicinais. A pedagogia do cuidado materializado em atitudes já tão comuns se fortaleceram ainda mais nos momentos da pandemia, seja ela pela doação da água ou pela partilha dos alimentos. Como disse uma agricultora: “solidariedade não é dar o que sobra e sim dividir o que se tem”.

5.3 O CAMINHO DAS PESSOAS

A Pedagogia do cuidado traz na sua centralidade as pessoas. Neste sentido, a ação em rede foi de fundamental importância para a estratégia da Vigilância Popular em Saúde. A articulação entre os técnicos e técnicas da rede ASA, em ação dialógica com os/as agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, soma-se a esse processo, somado a outros atores da saúde da comunidade, que fortaleceram ainda mais a ação de vigilância.

A epidemiologia, situada na informação territorializada, permitiu o olhar mais atento para a situação de adoecimento da comunidade, o conhecimento produzido no cotidiano do território e sua circulação nas redes locais, o que vai possibilitar o sistema de saúde e de outras áreas da gestão, acompanhar a dinamicidade do território e dar respostas mais adequadas à problemática.

Vigilância é uma ação de intervenção comunicativa em duplo sentido, da informação para ação e da ação para informação. A conexão entre as políticas intersetoriais e os serviços de saúde é orientada a partir de dispositivos conceituais e de estruturas de gestão e operação de interface/contato popular e institucional. A intervenção sanitária comunitária e intersetorial é organizada, e desencadeia um deslocamento conceitual e operativo por estruturas de conexão (local/comunitária, microrregional, municipal, estadual, regional/macrorregional, nacional) em uma ação participativa em rede. (108)

Os caminhos das pessoas no Semiárido é evidenciado pela relação de troca dos saberes, como já foi falado no tocante aos intercâmbios, porém na pandemia essa troca continuou de forma inovadora pelos grupos formados em plataformas de bate papo, e se materializou nos processos online de capacitações, a exemplo da formação para ação do ciclo de encontros. Muitas foram as trocas de experiências de como se estava enfrentando o momento pandêmico, o que possibilitou criar estratégias sobre o retorno às atividades de

campo, levando em consideração o zelo com as famílias, obedecendo as barreiras sanitárias que cada município estabeleceu, em especial as comunidades tradicionais.

A inclusão digital é um tema importante nesse movimento. As pessoas pararam de circular nas ruas, porém suas ideias e iniciativas estavam no mundo virtual, através do compartilhamento de como estavam superando o momento, ajudando a muitas pessoas a fazerem igual. Essa rede estabelecida virtualmente amenizou o sofrimento e promoveu a divulgação de informações importantes para o cuidado coletivo.

A interação entre as estratégias mobilizadas no Ciclo pela problematização dos caminhos das águas, alimentos e pessoas, durante o segundo semestre de 2020, produziu uma Pedagogia do cuidado, materializada no processo de ensino e aprendizagem acionado pelas necessidades cotidianas em que a saúde esteve posta como valor organizador do modo de enfrentar a crise sanitária decorrente da Covid-19.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação para ação foi um potencializador de ações no território durante o período da pandemia, deixando seu legado para os momentos seguintes. A partir desse ciclo, surgiram outros espaços de formação que foram replicados agregando outros parceiros. Logo após esse ciclo, foi realizado o mesmo processo com a participação de pessoas envolvidas do projeto Embrapa, com a Asa e com a participação com a Fiocruz.

Outro desdobramento importante referente ao Ciclo foi a aprovação do projeto INOVA Fiocruz, com parceria com a ASA, que teve por finalidade a promoção da melhoria das capacidades de agricultoras e agricultores familiares e suas entidades representativas; agentes populares e organizações da sociedade civil com atuação em territórios rurais do Semiárido Brasileiro, visando a ampliação de seu protagonismo e incidência sobre implementação de políticas públicas, partindo de suas realidades concretas.

Foi proposto um conjunto articulado de estratégias na implementação de uma vigilância popular em saúde de base territorial, então potencializadores da governança participativa e empoderamento destes sujeitos no âmbito da promoção de territórios rurais saudáveis e sustentáveis. Várias oficinas foram realizadas envolvendo os atores dos diversos territórios na perspectiva da formação em rede para uma vigilância popular em saúde continuada.

A formulação dessa proposta valoriza um conjunto de ações estratégicas desenvolvidas conjuntamente, nos últimos anos, pela Fiocruz e a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) envolvendo movimentos sociais e governos no desenvolvimento de uma vigilância em saúde de base territorial participativa para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis na região do Semiárido.

A Feira Nordestina de Agricultura Familiar e Agroecologia, realizada em Natal, em maio de 2022, também foi um desdobramento do ciclo de encontros, uma vez que sua temática pretendeu falar sobre a VPS nos caminhos das águas, das pessoas e dos alimentos, apresentando um debate sobre a perspectiva múltipla dos seus participantes, e trazendo reflexões sobre os caminhos dos alimentos em conexão com o modo de vida organizada a partir da agricultura familiar.

A iniciativa lança luz sobre a reflexão realizada por esses interlocutores mobilizados na região em torno da temática da promoção de territórios saudáveis e sustentáveis, sobre a necessidade de uma política de vigilância popular em saúde no caminho das pessoas, das águas e dos alimentos.

Mais recentemente, em 28 de dezembro de 2022, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre a Fiocruz e a APIMC com o objetivo de promover o Desenvolvimento Saudável, Sustentável e Solidário na região do Semiárido Brasileiro, por meio de ações que visam:

- Desenvolver e aplicar ações de vigilância em saúde de base territorial integrada e participativa para redução da vulnerabilidade socioambiental relacionada aos determinantes do contexto de insegurança alimentar na região do Semiárido Brasileiro;
- Desenvolver processo de formação nos territórios rurais do Semiárido, envolvendo agricultoras e agricultores familiares e suas organizações representativas e agentes sociais com poder de incidência sobre os processos de desenvolvimento sustentável, saudável e solidário (públicos e da sociedade civil) para governança territorial e desenvolvimento de ações de Vigilância em Saúde de base Territorial Integrada e Participativa para promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

E, por fim, e não menos importante, corroborando essas ações de desdobramento, destaca-se a realização do seminário de incidência política chamado Políticas de Convivência

com o Semiárido, Meio Ambiente e Saúde. O seminário reuniu pesquisadores, poder público e sociedade civil para debater e construir estratégias que assegurem a proteção dos ecossistemas e direitos essenciais, como acesso à saúde, terra, água e saneamento básico, a partir de políticas públicas voltadas para o Semiárido.

Até aqui se chegou fomentando e provocando o estado para as políticas públicas apropriadas a Convivência com o Semiárido, que de fato sejam efetivadas. Atualmente, o projeto Cisternas encontra-se parado. Com o retrocesso promovido pelo governo passado, essa estagnação conta com mais de 5 (cinco) anos.

Muitos desafios foram enfrentados, dentre eles garantir o retorno aos trabalhos de campo com segurança tanto para equipe técnica como para as famílias meio a pandemia. Utilizando o arcabouço do conhecimento da Vigilância Popular em Saúde e as ações de Convivência foram fundamentais para superar superação desses desafios.

Porém, muito ainda tem que ser construído e continuado e, a partir das reflexões sobre o processo de formação para ação, dessa forma trago aqui algumas sugestões para a construção de um território saudável e sustentável:

- Retomada urgente do programa Cisternas: Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido no tocante a cisterna de primeira água e cisterna de Produção;
- Retomada do Programa Sementes do Semiárido, com o fortalecimento e construção de novas Casas de Sementes;
- Retomada do Programa Nacional de Saneamento Rural;
- Atualização da Política de Promoção e Vigilância em Saúde, reconhecendo, prevenindo, cuidando e desenvolvendo pesquisa sobre os agravos provocados pelo uso dos agrotóxicos, bem como desenvolver um modelo de prevenção e cuidados em vigilância aos

desastres e aos projetos desenvolvimentistas que impactam a população do Campo, Florestas e das Águas

- Desenvolver ações de formação, comunicação e saúde e participação voltadas para os diversos profissionais que atuam junto aos movimentos sociais, em especial um olhar mais cuidadoso com as especificidades da população que vive no Semiárido.

- Fortalecer o controle social e a participação, quer seja no âmbito da criação de espaços representativos de participação social como na formação para o controle e defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

REFERÊNCIAS

1. Frente pela Vida. Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19. 2020. [Acesso em 7 fev 2023]. Disponível em http://www.redeunida.org.br/media/ckeditor_files/2020/07/02/plano-nacional-de-enfrentamento-a-pandemia-da-covid-19.pdf
2. Silva, SA. A Pandemia de Covid-19 no Brasil: a pobreza e a vulnerabilidade social como determinantes sociais. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, 2021 [Acesso em 1 jan 2023], 52. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/40687?lang=pt>
3. Pedrosa, NL; Albuquerque, NLS. Análise Espacial dos Casos de COVID-19 e leitos de terapia intensiva no estado do Ceará, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020, 25: 2461-2468.
4. Silva, CRDV; Bay Júnior, OG; Martiniano, CS; Uchoa, SAC. Comunicação de risco no enfrentamento da COVID-19 no Brasil: uma análise retórica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2021 [acesso em 03 jan 2023]; 31(2). Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/PQw8XtjBptqYfRBWCH89pnN/?lang=pt&format=pdf>
5. Bousquat, A; Akerman, M; Mendes, Á; et al. Pandemia da Covid 19: O SUS Mais Necessário do que Nunca. *Revista USP. Plataforma Região e Rede mais*. 2023. [Acesso em 05 out 2022]. Disponível em <https://www.resbr.net.br/pandemia-da-covid-19-o-sus-mais-necessario-que-nunca/>
6. Articulação Semiárido Brasileiro. 2015 [Acesso em 15 fev 2022,]. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/semiario>
7. Albuquerque Jr., MD; Braga, RA. Organizadores. *O encolhimento das águas: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido*. Campina Grande: Insa, 2018, p. 118.
8. Site Instituto Nacional do Semiárido – INSA. [Acesso em 04 abr 2023]. Disponível em <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>
9. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. FAO Brasil. [Acesso em 10 dez 2022]. Disponível em <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1441080/>
10. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. FAO Brasil. [Acesso em 10 dez 2022]. Disponível em <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1441080/>
11. Monken, M; Barcellos, CDC. O território na promoção e vigilância em saúde. *In: Fonseca, AF; Corbo, AMDA. Organizadoras. O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007, p. 117.

12. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 4: vigilância em saúde pública. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010. 52 p.: il. 7 volumes. ISBN 978-85-7967-022-0
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo_principios_epidemiologia_4.pdf
13. Meneses, MN; Quadros, JD; Marques, GP; Nora, CRD; Carneiro, FF; Rocha, CMF. Práticas de vigilância popular em saúde no Brasil: revisão de escopo. *Cien Saude Colet*. Jan 2023 [acesso em 06 jan 2023]. Disponível em <http://cienciceso.aesaudecoletiva.com.br/artigos/praticas-de-vigilancia-popular-em-saude-no-brasil-revisao-de-escopo/18646?id=18646&id=18646>
14. Mendes, MM; Villela, EFM; De Paula, R. O papel da educação e da comunicação na formulação de políticas públicas no contexto da vigilância em saúde: uma revisão de escopo. *Bepa*, 2021 [acesso em 8 jan 2023];18(211):16-31. Disponível em <https://periodicos.saude.sp.gov.br/BEPA182/article/view/36909>
15. Machado, JMH; Martins, WDJ; Souza, MDSD; Fenner, ALD; Silveira, M; Machado, ADA. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. *Com. Ciências Saúde*. 2017 [acesso em 08 jan 2023]; 28(2):243-249. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/territorio_%20saudaveis_%20sustentaveis.pdf
16. Informativo nº 01. PSAT. Projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido, 2019, p. 04.
17. Saquet, MA; Da Silva, SS. (2008). *Milton Santos*: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, 2008; 2(18): 24-42.
18. Freire, P. *Pedagogia da autonomia*. Editora Paz e Terra, 1996; 11: 52-101.
19. Minayo, MCS. *O Desafio do Conhecimento*. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14 ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2014.
20. Minayo, MCS. *O Desafio do Conhecimento*. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14 ed. São Paulo: Editora; Hucitec 2014.
21. Minayo, MCS. *O Desafio do Conhecimento*. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14 ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2014.
22. Gonçalves, RKS; Freitas, HR; Nascimento Júnior, BJ. O Candeeiro: instrumento de comunicação popular no fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica no Sertão do Pajeú, semiárido brasileiro. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 2021 [acesso em 06 jan 2023]; 6(3). Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Bj-Nascimento-Junior/publication/355119446_O_CAND_EEIRO/links/615ef0b050be55072890a11f/O-CANDEEIRO.pdf
23. Minayo, MCS. *O Desafio do Conhecimento*. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14 ed. São Paulo: Editora; Hucitec 2014.

24. Minayo, MCS. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14 ed. São Paulo: Editora; Hucitec 2014.
25. Gonçalves, RKS; Freitas, HB; Nascimento Júnior, BJ. O Candeeiro: instrumento de comunicação popular no fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica no Sertão do Pajeú, semiárido brasileiro. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 2021; 16(3): 256-269.
26. IBGE, 2010.
27. IBGE, 2010.
28. Andrade, MC. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
29. Andrade, MC. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
30. Silva, RMA. *Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
31. ONU, 2011.
32. Ab'Sáber, AN. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. Ateliê editorial, 2003.
33. Silva, RMA. *Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
34. Schistek, H. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Brasília: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; REDEgenteSAN; Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Editora IABS, 2013.
35. Dias, A. *et al.* organizadores. *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Edição 1. Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
36. Trovão, D; Da Costa, JD. *In* Dias et al. organizadores. *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
37. Dias, A. *et al.* organizadores. *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Edição 1. Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
38. Masson-Delmonte, V. et al. *Aquecimento Global de 1,5°C*. IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Tradução Mariane Arantes Rocha de Oliveira. Brasília: MCTIC, 2019.

39. Barbosa. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Brasília: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; REDEgenteSAN; Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Editora IABS, 2013.
40. Relatório Final. *Projeto Vigilância popular em Saúde e Segurança Alimentar no Caminhos dos Alimentos, das Águas e das Pessoas no Semiárido Brasileiro em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia*. Coordenador Jorge Mesquita Huet Machado. Programa Inova Fiocruz. Brasília, 2020.
41. Malvezzi, R. *Semiarido uma Visão Holística*. [online]. [acesso em 05 jan 2023]. Brasília: Confea; Editora Pensar o Brasil, 2007. Disponível em <https://www.agrisustentavel.com/doc/ebooks/semiarido.pdf>
42. Baptista, NQ; Barbosa, AG; Pires, A. A estiagem e a seca em um novo contexto do Semiárido brasileiro. *Revista Le Monde Diplomatique Brasil*. 2 abr. 2013 [acessado em 02 jan. 2023]; 2013:69. Disponível em <https://diplomatique.org.br/a-estiagem-e-a-seca-em-um-novo-contexto-do-semiarido-brasileiro/>
43. Castro, J. *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.
44. Silva, RMA. *Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
45. Silva, RMA. *Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
46. Silva, RMA. *Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
47. Acosta, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
48. Silva, RMA. *Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
49. Baptista. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Brasília: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; REDEgenteSAN; Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Editora IABS, 2013

ASA - Articulação do Semiárido. Declaração do Semiárido. *Declaração do Semiárido*. Recife, 26 nov 1999. [acesso em 06 jan 2023]. Disponível em https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf

50. Acosta, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

51. Baptista. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Brasília: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; REDEgenteSAN; Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Editora IABS, 2013.

52. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. *Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. [acessado em 13 ago. 2022]. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf

53. Site da Articulação Semiárido Brasileiro. [acesso em 30 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/1913-avanca-a-caminhada-agroecologica-pelo-brasil-ere-sudeste-e-o-primeiro-de-cinco-encontros-regionais-preparatorios-ao-iv-en-a>

54. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Sudene e UFPE avaliam impacto de políticas públicas voltadas à segurança hídrica. *gov.br*. 08 fev 2021. [acesso em 06 jan 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/noticias/sudene-e-ufpe-avaliam-impacto-de-politicas-publicas-voltadas-a-seguranca-hidrica>

55. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.

56. Saquet, MA; Da Silva, SS. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, 2008; 2(18): 24-42.

57. Saquet, MA; Da Silva, SS. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, 2008; 2(18): 24-42.

58. Pereira. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Brasília: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; REDEgenteSAN; Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Editora IABS, 2013.

59. Freire, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados: Cortez: 1988.

60. Pereira. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Brasília: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; REDEgenteSAN; Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Editora IABS, 2013.
61. Silva, AP. *O conceito de educação contextualizada na perspectiva do pensamento complexo – um começo de conversa*. Texto apresentado como apoio ao Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro ofertado pelo CDSA – Campus de Sumé (UFCG). Sumé, 2010.
62. Articulação do Semiárido Brasileiro. [Acesso em 9 set. 2022]. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/1913-avanca-a-caminhada-agroecologica-pelo-brasil-ere-sudeste-e-o-primeiro-de-cinco-encontros-regionais-preparatorios-ao-iv-en-a>
63. Articulação do Semiárido Brasileiro. [acesso em 9 set. 2022]. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10582-no-intercambio-familias-de-agricultores-trocam-experiencia-para-producao-agroecologica>
64. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.
65. Galvão, MAM. Origem das Políticas de Saúde Pública no Brasil: do Brasil – Colônia a 1930. Textos do Departamento de Ciências Médicas, Escola de Farmácia. [202-]. [acesso em 9 set. 2022]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf
66. Giovanella, L; Escorel, S; Lobato, LVC; Noronha, JC; Carvalho, AI. eds. Sistema de saúde brasileiro: história e configuração atual. In *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. [acesso em 23 mar. 2022]. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/c5nm2/pdf/giovanella-9788575413494-15.pdf>
67. Gonçalves, G. Campanha de Erradicação da Varíola introduziu novo conceito de 'vigilância epidemiológica' no Brasil. Em entrevista, o epidemiologista João Baptista Risi Júnior discute o legado do enfrentamento à varíola no Brasil, erradicada mundialmente há 40 anos. *Casa de Oswaldo Cruz*. 07 maio 2020 [acesso em 05 jan 2022]. Disponível em https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1787-campanha-de-erradicacao-da-variola-introduziu-novo-conceito-de-vigilancia-epidemiologica-no-brasil.html#!claudio_amaral2
- Monken, M; Batistella, C. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.
68. Paim, JS. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica* [online]. [acesso em 05 jan 2023]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008 Disponível em <https://books.scielo.org/id/4ndgv>

Gonçalves, G. Campanha de Erradicação da Varíola introduziu novo conceito de 'vigilância epidemiológica' no Brasil. Em entrevista, o epidemiologista João Baptista Risi Júnior discute o legado do enfrentamento à varíola no Brasil, erradicada mundialmente há 40 anos. *Casa de Oswaldo Cruz*. 07 maio 2020 [acesso em 05 jan 2022]. Disponível em https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1787-campanha-de-erradicacao-da-variola-introduziu-novo-conceito-de-vigilancia-epidemiologica-no-brasil.html#!claudio_amaral2

69. Paim, JS. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica* [online]. [acesso em 05 jan 2023]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008 Disponível em <https://books.scielo.org/id/4ndgv>

70. Rocha, RM. *Avaliação da função de Gestão Municipal da Vigilância em Saúde do Município de Itaboraí*, Estado do Rio de Janeiro. 2015. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

71. Site Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. DSSBR promovendo a equidade em Saúde. <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/dss-o-que-e/>

72. Rodrigues, T. Determinação Social da Saúde. Na abertura do Ano Letivo 2015 da EPSJV, Francisco Lana apresentou um panorama sobre como as causas das doenças foram explicadas ao longo da história até chegarmos ao conceito de DSS. *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*. Fiocruz. 02 abr. 2015 [acesso em 05 jan. 2022]. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/determinacao-social-da-saude>

73. Rodrigues, T. Determinação Social da Saúde. Na abertura do Ano Letivo 2015 da EPSJV, Francisco Lana apresentou um panorama sobre como as causas das doenças foram explicadas ao longo da história até chegarmos ao conceito de DSS. *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*. Fiocruz. 02 abr. 2015 [acesso em 05 jan. 2022]. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/determinacao-social-da-saude>

74. Breilh, J. De la vigilancia convencional al monitoreo participativo. *Ciênc. saúde coletiva*, 2003 [acesso em 05 jan 2022]; 8 (4). Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/84YH3CqTdpFzPByK9Z7kmWJ/?lang=es>

75. Sevalho, G. Apontamentos críticos para o desenvolvimento da vigilância civil da saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro-RJ, Brasil. *Physis; Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2016; 26 (2): 611-632. <https://www.scielo.br/j/physis/a/bJFLwDGgs5g8XfCf4z4zXxz/?format=pdf&lang=pt>

76. Sevalho, G. Apontamentos críticos para o desenvolvimento da vigilância civil da saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro-RJ, Brasil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2016; 26 (2): 611-632. <https://www.scielo.br/j/physis/a/bJFLwDGgs5g8XfCf4z4zXxz/?format=pdf&lang=pt>

77. Meneses, MN; Quadros, JD; Marques, GP; Nora, CRD; Carneiro, FF; Rocha, CMF. Práticas de vigilância popular em saúde no Brasil: revisão de escopo. *Cien Saude Colet*. Jan 2023 [acesso em 06 jan 2023]. Disponível em <http://cienciessoesaudecoletiva.com.br/artigos/praticas-de-vigilancia-popular-em-saude-no-brasil-revisao-de-escopo/18646?id=18646&id=18646>

78. Arjona, FBS et al. A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a vigilância popular em saúde. No prelo.
79. Monken, M; Barcellos, CDC. O território na promoção e vigilância em saúde. In: Fonseca, AF; Corbo, AMDA. organizadoras. *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007, p. 117.
80. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.
81. Arjona, FBS et al. A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a vigilância popular em saúde. No prelo.
82. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.
83. Arjona, FBS et al. A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a vigilância popular em saúde. No prelo.
84. Arjona, FBS et al. A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a vigilância popular em saúde. No prelo.
85. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.
86. Vital, D. Em liminar, ministro Barroso proíbe campanha "O Brasil não pode parar". *Consultório Jurídico*, Brasília, 31 mar. 2020 [acesso em 08 abr. 2023]. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-mar-31/liminar-barroso-proibe-campanha-brasil-nao-para>.
87. Santos, BS. *A cruel pedagogia do vírus* [online]. Coimbra: Edições Almedina, 2020.[acesso em 05 jan. 2023]. Disponível em https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf
88. Pragana, V. No Semiárido, famílias rurais começam a se distanciar da fome após junção de políticas públicas A virada foi impulsionada pelo acesso das famílias à água para produção de alimentos e ao fomento produtivo por meio de um programa da ASA. *ASA - Articulação Semiárido Brasileiro* [online]. 03 mar 2020 [acesso em 02 jan 2023]. Disponível em https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=11028

89. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.

Relatório de Desempenho Final. *Vigilância popular em Saúde e Segurança Alimentar no Caminhos dos Alimentos, das Águas e das Pessoas no Semiárido Brasileiro em Tempos de Pandemia e Pós Pandemia*. Coordenador Jorge Mesquita Huet Machado. Programa Inova Fiocruz. Brasília, 2020.

90. Freitas, A. Pedagogia do inédito-viável: contribuições de Paulo Freire para fortalecer o potencial emancipatório das relações ensinar-aprender-pesquisar. In *Anais do V Colóquio Internacional Paulo Freire*, Recife, p. 1 -15, 2005.

91. Freitas, A. Pedagogia do inédito-viável: contribuições de Paulo Freire para fortalecer o potencial emancipatório das relações ensinar-aprender-pesquisar. In *Anais do V Colóquio Internacional Paulo Freire*, Recife, p. 1 -15, 2005.

92. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.

Freire, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

93. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.

94. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.

95. Baptista, NQ; Campos, C.H. *Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido*. Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social. Série Cooperação Brasil-Espanha: Acesso à água e convivência Com o semiárido. Brasília: Editora Iabs, 2013.

96. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *II Caderno de educação popular em saúde*. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

97. De Castro Júnior, AR; Da Silva, MRF. Círculo de conversação como estratégia metodológica qualitativa na produção de saberes em enfermagem. *Research, Society and Development*, 2020; 9(6): e112963521-e112963521.

98. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.
99. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.
100. Begnami, JB. Sistematização do Plano Nacional de Formação das Famílias e do Curso de Formação de Lideranças de Organizações Rurais - Curso Flor - formalizados pelos centros educativos familiares de formação em alternância no brasil. Brasília, DF, outubro de 2011.
101. Arjona, FBS et al. A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a vigilância popular em saúde. No prelo.
102. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.
103. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.
104. *Vigilância popular em Saúde e Segurança Alimentar no Caminhos dos Alimentos, das Águas e das Pessoas no Semiárido Brasileiro em Tempos de Pandemia e Pós Pandemia.* Coordenador Jorge Mesquita Huet Machado. Programa Inova Fiocruz. Brasília, 2020.
105. Almeida, AS *et al.* Ciclo de Encontros ASA-Fiocruz Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro: Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia. In *Ciclo de Encontros Asa-Fiocruz. Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro.* Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia. Brasília, 2021.
106. Almeida, AS *et al.* Ciclo de Encontros ASA-Fiocruz Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro: Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia. In *Ciclo de Encontros Asa-Fiocruz. Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro.* Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia. Brasília, 2021.
107. *Vigilância popular em Saúde e Segurança Alimentar no Caminhos dos Alimentos, das Águas e das Pessoas no Semiárido Brasileiro em Tempos de Pandemia e Pós Pandemia.* Coordenador Jorge Mesquita Huet Machado. Programa Inova Fiocruz. Brasília, 2020.
108. Machado, JMH; Pivetta, F; Silva, JFS; Bonetti, OP. Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In _____. *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021; p. 397-411.

ANEXO A

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DO CICLO DE ENCONTROS

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) e Fiocruz Brasília.

Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), AP1MC, Cisternas nas Escolas, Projeto Territorial Agrobiodiversidade do Semiárido.
Programa Promoção da Saúde Ambiente e Trabalho (PSAT), Mestrado Profissional Saúde Trabalho e Ambiente e Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Ciclo de Encontros:

Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro: Vigilância Popular em Saúde em tempos de Pandemia.

OBJETIVO GERAL: construir estratégias ao enfrentamento ao COVID 19 e fortalecer as relações comunitárias com o SUS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Capacitar técnicas e técnicos dos programas da ASA, EMBRAPA, mestrado profissional da Fiocruz, Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Vigilância em Saúde e profissionais de saúde do Semiárido, para ação em campo em tempos de pandemia;
- Fortalecer as relações entre os Agentes Comunitários de Saúde e os profissionais da atenção básica e da vigilância em saúde com as organizações e as agricultoras e agricultores do Semiárido Brasileiro;
- Possibilitar a construção de ações de intervenção em parceria com o mestrado profissional de Saúde, Trabalho e Ambiente (Fiocruz).

PÚBLICO-ALVO: técnicas e técnicos das organizações da ASA (P1+2, P1MC, Cisternas nas Escolas), técnicas e técnicos do Programa Agrobiodiversidade (ASA e EMBRAPA) mestrandas e mestrandos do mestrado profissional, Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Vigilância em Saúde e profissionais de saúde do Semiárido.

METODOLOGIA: os encontros serão realizados uma vez por semana, todas as quintas-feiras, com duração de 3h: das 14h às 17h. Os encontros serão divididos em 03 momentos:

- No primeiro encontro, o momento inicial será de abertura e contextualização. A partir do segundo encontro, esse primeiro momento será de devolução e debate do tema trabalhado no encontro anterior, mediado por grupos pré-definidos. Tempo: 1h.
- O segundo momento será uma abordagem de um novo encontro a partir da partilha e análise de experiências provocadoras em relação ao mesmo. Tempo: 1h.
- O terceiro e último momento será de debate em plenária (30min) e em debate em grupo (30min) sobre o novo tema. Tempo: 1h.

-Cada grupo será, ainda, dividido em subgrupos, para debates menores, aprofundamento dos temas, trabalhos de grupos, mediação de debates, que serão acompanhados por tutores, tirando dúvidas, trocando informações, etc.

Ciclo	OBJETIVOS	TEMA	CONTEUDO	RESPONSÁVEL	TEMPO
Encontro I 20/08/2020	Acolher e apresentar os participantes.	Boas vindas.	Abertura com falas: ASA, Fiocruz, Embrapa, BNDES e MC.	Coordenação: Barbosa	30min
Resistência no Semiárido e Contexto Socioambiental e Sanitário em tempos de pandemia	Apresentar o ciclo de encontros e fazer os acordos.	Acordos e encaminhamentos	-Horário -Participação -Lista de Presença -Cuidado com os tempos (tempos de falas 3min) -Metodologia	-Alexandre (ASA) -Amauri (Embrapa Tabuleiros Costeiros) -Raquel (BNDES) -Ana Gabriela (MC) -André Campos Búrigo (vice-presidência Fiocruz BSB) -Fabiana Damásio (diretora Fiocruz BSB) -Julia Rosas (AP1MC)	15min
	Fala de resgate da caminhada da rede ASA e contextualização da convivência com o Semiárido e desafios do momento atual de pandemia.		Fala da ASA de trajetória e contexto no Semiárido.	-Naidison de Quintella Baptista (ASA)	20min
	Promoção da Saúde em Tempos de Pandemia	Vigilância popular em saúde	-Saúde e Território; -Conexão dos caminhos das pessoas das águas e dos alimentos.	Jorge Mesquita Hueb Machado (Fiocruz)	20min
		Experiência da atuação de uma organização em campo, na pandemia.	-Apresentar a experiência de atuação em campo na pandemia, a partir do protocolo da organização.	-Damião Santos de Medeiros (SEAPAC, RN)	20min

	Visibilizar as experiências de vigilância e promoção da saúde nas comunidades	Um olhar da saúde nos territórios	-Necessidades de Saúde; -Vigilância em saúde no contexto da pandemia; -Comunicação para a população do campo.	Ana Paula Dias de Sa (Rede de Médicos e Médicas Populares)	<u>20min</u>
		Debate em plenária	Debate		<u>30min</u>
		Debate em grupo	Perguntas geradoras: 1. Onde as ações dos programas da ASA/EMBRAPA e as ações de saúde se inter-relacionam nas comunidades em que atuamos? 2. Como essas inter-relações acontecem? Ou porque não acontecem?		<u>30min</u>
Objetivo: refletir sobre as barreiras sanitárias múltiplas para prevenção ao COVID-19 no Semiárido brasileiro, partindo dos caminhos das águas.					
Encontro II: 27/08/2020	Retorno do trabalho dos subgrupos			-Fala localizando debate anterior e a tarefa (<u>5min</u>); Júlia -Apresentação dos subgrupos (<u>5min</u> cada); Ana -Fala final de síntese (<u>5min</u>); Júlia	<u>1h</u>
Caminhos das Águas em tempos de Pandemia		Apresentação de Experiência da Chapada do Mocambo – Picos (PI)	-Pensar os caminhos das águas nas comunidades/territórios, considerando as águas disponíveis.	Coordenação: Fabiana Maria Francisca Gomes da Silva, comunidade Fomos, Chapada do Mocambo, município Picos (PI).	<u>15min</u>
		Experiência do Povo Tremembé (CE)	-Barreiras sanitárias.	Mateus	<u>15min</u>
	Apresentar a integração entre os caminhos das	Barreiras Sanitárias Múltiplas, vigilância	-Água; -Prevenção a partir da cultura e	Alexandre Pessoa (Fiocruz)	<u>30min</u>
	água com as barreiras sanitárias.	popular em saúde ambiental.	comunicação; -Ação estrutural e estruturante.		
		Debate em plenária.			<u>20min</u>
		Debate em grupo.	Perguntas geradoras: 1. Quais as barreiras sanitárias múltiplas que você reconhece no seu território? 2. Que ações já existem ou podem ser realizadas para contribuir na implantação das barreiras sanitárias múltiplas nas comunidades em que atuamos? 3. Como as comunidades, a partir dos caminhos das águas, podem construir barreiras sanitárias múltiplas?		<u>40min</u>
Objetivo: refletir sobre a produção de alimentos saudáveis no Semiárido e a sua importância em relação aos cuidados e à saúde em tempos de pandemia.					
Encontro III: 03/09/2020	Retorno do trabalho dos grupos			-Fala localizando debate anterior e a tarefa (<u>5min</u>); Ana -Apresentação dos subgrupos (<u>5min</u> cada); Juliana -Fala final de síntese (<u>5min</u>); Ana	<u>1h</u>
Segurança Alimentar em tempos de Pandemia		Experiência de Quintal Produtivo		Coordenação: Ricardo Paraíba (ASPTA)	<u>15min</u>
		Experiência de Banco de Sementes		José Francisco, Santa Brigida, Bahia (Adriana, ARCAS).	<u>15min</u>
	Promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional	A cultura alimentar como expressão de Bem de relação de harmonia com a vida.	-Alimento de verdade e nutrição; -Diásporas alimentares; -Território como patrimônio alimentar; -Casa de sementes;	Denise (Fiocruz BSB)	<u>25min</u>

			-Cultura alimentar; -Agroecologia.		
		Debate em plenária			30min
		Debate em grupo	Perguntas geradoras: 1. De que forma o caminho da alimentação saudável pode fortalecer as estratégias de barreira sanitária? 2. De que forma as famílias podem se fortalecer para a produção, circulação, distribuição e acesso a alimentos saudáveis em tempos de pandemia? 3. Considerando o caminho da alimentação saudável e o caminho das águas, quais as outras possibilidades de construção e fortalecimento associado a barreiras sanitárias múltiplas nas comunidades?		30min
Encontro IV: 10/09/2020	Retorno do trabalho dos grupos			-Fala localizando debate anterior e a tarefa (5min); Ricardo -Apresentação dos subgrupos (5min cada); Claudio -Fala final de síntese (5min). Maitê	1h
Planos de Vigilância Popular em Saúde em tempos de Pandemia		Síntese dos encontros e problematização. Fala sobre construção de estratégias de ação.		Coordenação: Júlia -Jorge/Alexandre	30min
		Estratégias de conexão e ação	-Conexão e Ação de ACS; -Conexão e Ação de Vigilância em saúde e comunidades; -Caminhos e barreiras dos movimentos das pessoas, das águas e	-Joelson (Rede de Médicos Populares de Pernambuco)	15min
			dos alimentos.		
			Os próximos passos. O que fazer agora?	Barbosa	15min
		Debate em plenária			30min
		Debate em grupo	Pergunta geradora? -Com base nas discussões e debates anteriores, como construímos procedimentos e estratégias territoriais de ação de Vigilância Popular em Saúde?		30min
Encontro V: 17/09/2020		-Fala de síntese do encontro anterior		-Fabiana (Fiocruz)	5min
Encerramento		-Apresentação dos subgrupos (13min cada);		Coordenação: Maitê	2h10
		Fala de síntese da apresentação dos grupos: Fala ASA Fala Fiocruz		-Naijison de Quintela Baptista (MOC/ASA) -Gislei Siqueira (Fiocruz)	20min
		Debate em plenária		-	20min
		Encaminhamentos	-Disponibilizar sistematização das estratégias; -Acompanhamento dos grupos; -Rede; -Construção de material de comunicação; -Próximos passos; -Adaptar as estratégias à realidade territorial; -Levar para as instituições.	-Barbosa (ASA) -Jorge (Fiocruz)	15min

ANEXO B PROTOCOLO DA ORGANIZAÇÃO ASAMIL BAHIA



Associação dos Sem-Arvido da Microregião de Livramento
CNPJ: 06.294.587/0001-75



PROTOCOLO DE SEGURANÇA ASAMIL

Atividades:
Visitas as Famílias
Formações em Processos de Comercialização

Municípios:
Livramento de Nossa Senhora/BA
Dom Basílio/BA



Associação do Semi-Árido da Microrregião de Livramento
CNPJ: 06.294.587/0001-75

1) Apresentação do Protocolo de Segurança

No contexto da pandemia de COVID-19, provocada pelo novo coronavírus, com o objetivo de promover a realização das atividades do Contrato nº 021/2018, celebrado entre a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido e a ASAMIL, e em parceria com o BNDES através do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não Reembolsável nº 17.2.0687.1. A Associação do Semi-Árido da Microrregião de Livramento – ASAMIL, vem apresentar este Protocolo de Segurança de proteção ao coronavírus para a realização das Atividades: Visitas as Famílias e Formações em Processos de Comercialização, tendo como públicos beneficiários 100 famílias que vão receber Assistência Técnica pelo período de 05 meses, nos municípios de Livramento de Nossa Senhora (50 famílias) e Dom Basílio (50 famílias), pertencentes ao Território Sertão Produtivo.

O conteúdo deste Protocolo de Segurança está em conformidade com os Decretos do Governo do Estado da Bahia, Decretos das Prefeituras dos Município supracitados, juntamente com suas alterações, assim como, as orientações da OMS e as normas estabelecidas pelos Governo Federal, Estadual e Municipal, isentando a AP1MC, de toda e qualquer responsabilidade sobre a execução.

De acordo com o Decreto Estadual nº 19.586 de 27 de março de 2020, atualizado pelo Decreto Estadual nº 19.825 de 10 de julho de 2020, no Art. 9º - Ficam suspensos, em todo território do Estado da Bahia, até o dia 31 de julho de 2020: I - os eventos e atividades com a presença de público superior a 50 (cinquenta) pessoas, ainda que previamente autorizados, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: eventos desportivos, religiosos, shows, feiras, circos, eventos científicos, passeatas e afins, bem como aulas em academias de dança e ginástica. Considerando que o Anexo I do Decreto Estadual nº 19.825 de 10 de julho de 2020, refere-se aos transportes coletivos e rodoviários, conforme consta no Art. 11 e § 1º.

No Decreto Municipal nº 5.1/2020, Art.2º - Ficam suspensas, no Município de Livramento de Nossa Senhora, a realização de todas as atividades e/ou eventos, seja em qualquer ordem ou dimensão, compreendidos dentre outros os eventos esportivos, casas noturnas, clubes, associações recreativas e de lazer, espetáculos de qualquer natureza, shows, serviços de convivência social, até o dia 08 de junho de 2020 ou ulterior deliberação e Art. 3º Fica determinada a suspensão do funcionamento de todos os empreendimentos de atividades econômicas, inclusive as sem fins



Associação do Semi-Árido da Microregião do Livramento
CNPJ: 06.294.987/0001-35

lucrativos, que promovam aglomerações de pessoas, no âmbito municipal, até o dia 08 de junho de 2020 ou ulterior deliberação.

No Decreto Municipal nº 56/2020, Art. 3º - Ficam instituídas à população em geral (Dom Basílio), as seguintes restrições, suspensões paralizações ou interrupções e recomendações: III) Fica suspensa, pelo prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, caso haja mudança de cenário epidemiológico que justifique tal medida, a realização de eventos coletivos festivos, que impliquem em aglomeração de pessoas, realizados por órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta, privados, com ou sem fins lucrativos, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal dos agentes organizadores, excetua-se evento religiosos, limitando-se ao número de 20 (vinte) participantes.

Deverá ser respeitado o número mínimo e máximo de agricultoras familiares nas atividades. O número mínimo aceitável são 12 e máximo 32 beneficiários por atividade coletiva.

Abaixo listamos os Decretos Estadual e Municipais relacionadas ao Novo Coronavírus (Covid-19):

- Governo do Estado da Bahia: Decreto Estadual nº 19.586 de 27 de março de 2020, atualizado pelo Decreto Estadual no 19.825 de 10 de julho de 2020;
- Prefeitura Municipal de Livramento de Nossa Senhora: Decreto Municipal nº 051/2020 de 25 de maio de 2020;
- Prefeitura Municipal de Dom Basílio: Decreto Municipal nº 056/2020 de 01 de junho de 2020;

2) Descrição das Atividades

2.1) Visitas as Famílias:

Visitas as Unidades de Produção Familiares (UPF) serão realizadas pelo técnico de campo com o objetivo de orientar tecnicamente as famílias quanto às atividades produtivas e as formas de comercialização da produção familiar com base na agricultura ecológica, visando à sustentabilidade das unidades. Durante as visitas os técnicos irão levar informações e conhecimentos técnicos sobre convivência com o semiárido, gerenciamento da propriedade, segurança alimentar e nutricional, entre outros, como forma de atingir os objetivos do projeto.



Associação de Sem-Arado da Microregião de Livramento
CNPJ: 06.294.587/0001-75

2.2) Formações em Processos de Comercialização:

As Reuniões coletivas têm o objetivo de trocar informações e conhecimentos técnicos e práticos de produção, com base na agricultura ecológica, reforçando o acesso às políticas públicas, visando à sustentabilidade das propriedades e garantindo a melhoria de renda das famílias agricultoras.

3) Diretrizes do Protocolo de Segurança

3.1) Distanciamento Social

✓ Distância Segura: como medida de segurança, manter a distância mínima de 1,5 metros entre as pessoas, em todos os ambientes, internos e externos, ressalvadas as exceções em razão da especificidade da atividade ou para pessoas que dependam de acompanhamento ou cuidados especiais, tais como crianças de até 12 anos, idosos e pessoas com deficiência.

✓ Distanciamento de pessoas que convivam entre si: em se tratando de familiares e habitantes de uma mesma residência, a distância mínima entre eles não será aplicável. Todavia, eles deverão respeitar a distância mínima de segurança em relação aos demais presentes.

✓ Demarcação de áreas de fluxo: sempre que possível, demarcar áreas de fluxo de pessoas para evitar aglomerações, minimizando o número de pessoas concomitantemente no mesmo ambiente e respeitando o distanciamento mínimo.

✓ Ambientes abertos e arejados: sempre que possível, realizar as atividades em ambientes abertos e arejados.

✓ Redução da circulação: sempre que possível, evitar a circulação dos participantes nas áreas comuns dos locais das reuniões e fora de seus ambientes específicos. Com relação aos participantes, adotar medidas que diminuam a circulação nos ambientes, no momento das reuniões.

3.2) Higiênização Pessoal

✓ Proteção pessoal: exigir o uso de máscaras em todos os ambientes de trabalho e de reuniões com os participantes, bem como incentivar o uso das máscaras no trajeto para esses locais, seja em transporte coletivo ou individual, e em lugares públicos e de convívio familiar e social.



Associação de Semi-Árido da Microrregião de Livramento
CNPJ: 06.294.587/0001-75

- ✓ **Contato físico:** orientar os participantes das reuniões para que evitem tocar os próprios olhos, boca e nariz e não tenham contato físico com terceiros, tais como beijos, abraços e aperto de mão.
- ✓ **Disponibilização de álcool em gel 70%:** disponibilizar álcool em gel a 70% em todos os ambientes e nos locais das reuniões, para uso de todos os participantes.
- ✓ **Instruções do uso das máscaras:** indicar a funcionários e participantes os locais específicos para descarte de máscaras, bem como divulgar instruções de como colocá-las e retirá-las com segurança, recomendando trocas periódicas, de acordo com as instruções do fabricante e as indicações dos órgãos sanitários.
- ✓ **Compartilhamento de objetos:** orientar os funcionários e os participantes das reuniões para que não compartilhem objetos pessoais, tais como fones de ouvido, celulares, canetas, copos, talheres e pratos, bem como, para que realizem a higienização adequada dos mesmos, após o uso dos objetos em comum. Objetos fornecidos devem estar embalados individualmente.
- ✓ **Material compartilhado:** realizar e/ou exigir a higienização de todo material utilizado pelos funcionários e pelos participantes das reuniões.

3.3) Locais das Reuniões

- ✓ **Segurança em reuniões presenciais:** determinar os responsáveis por cada reunião, evitando a circulação dos participantes nesses locais e, evitando também o compartilhamento de objetos entre participantes. Manter distanciamento e a segurança entre os participantes.
- ✓ **Materiais de higiene:** garantir a disponibilização de materiais de higiene (água, sabão líquido e papel toalha descartável e/ou álcool em gel 70%); nos ambientes das reuniões presenciais.
- ✓ **Distanciamento sentado:** manter distância mínima segura entre pessoas, mudando a disposição de mobiliário ou alternando assentos, demarcando lugares que precisarão ficar vazios, e considerando não somente o distanciamento lateral, mas também o distanciamento entre pessoas em diferentes fileiras.
- ✓ **Limpeza das salas de espera:** retirar da sala de espera todos os itens de entretenimento que podem ser manuseados pelos participantes das reuniões, como revistas, tablets ou catálogos de informações. Intensificar limpeza de áreas de alto toque como maçanetas, corrimão e catracas.
- ✓ **Entrega e recebimento dos materiais didáticos:** realizar a entrega e o recebimento dos materiais didáticos observando o distanciamento mínimo entre as duas pessoas; e após o



Associação de Semi-Árido da Microregião do Livramento
CNPJ: 06.294.587/0001-75

recebimento dos materiais higienizar as mãos com água e sabão ou, na impossibilidade, com álcool líquido ou em gel 70%.

Cledison Souza Silva
Presidente da ASAMIL

ANEXO C

LINKS DOS ENCONTROS DO CICLO

Encontro 01 - <https://www.youtube.com/watch?v=6fs6XXi3Bg4>

Encontro 02 <https://www.youtube.com/watch?v=8rtxdT3No2k>


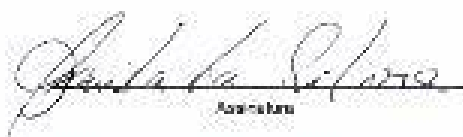

Encontro 03 <https://www.youtube.com/watch?v=dHNq4Ujm684>

Encontro 04 <https://www.youtube.com/watch?v=bei7D0KCq4c>

Encontro 05 <https://www.youtube.com/watch?v=IVliOYSrMDc>

ANEXO D

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: Referência sobre uma Vigilância Epidemiológica em Tempo de Pandemia - Uma Análise do Estado Emergente contra a Influenza Fluorid			
2. Número da Participação da Pesquisa: 6			
3. Área Temática:			
4. Área de Conhecimento: Grande Área 4, Ciências da Saúde, Grande Área 7, Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: DANIELA DA SILVA			
6. CPF: 826.467.884-04		7. Endereço (Rua, nº): RUA LABONATO TORRES, nº 102, B e RESCITE PERNAMBUCO 50710000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 01986934026	10. Celular Telefone:
11. E-mail: danielada@pmg.com			
Termo de Compromisso: Declaro que criei e mantive os registros da Resolução CNS 495/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e a dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Assumo as responsabilidades pela conduta perante os procedimentos. Também ciente que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 16 / 04 / 2022		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Fundação Oswaldo Cruz		13. CNPJ: 33.181.3550004-00	14. Unidade Orgânica: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
15. Telefone: (21) 3866-2100		16. Celular Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que criei e cumpri os registros da Resolução CNS 495/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: Roberto de Freitas Campos		CPF: 708.788.241-72	
Cargo/Função: Coordenação MPPS			
Data: _____ / _____ / _____		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO E AUTORIZAÇÃO DA AP1MC



ASSOCIAÇÃO PROGRAMA 1 MILHÃO DE CISTERNAS -AP1MC

AUTORIZAÇÃO DE USO DE ARQUIVOS/DADOS DE PESQUISA

Declaramos para os devidos fins, que cederemos à pesquisadora Daniela da Silva, o acesso aos arquivos do programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2 para acesso ao banco de dados dos beneficiários, Projetos aprovados, relatórios e instrumentais de monitoramento e metodológicos para serem utilizados na pesquisa: **Reflexões sobre uma Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia: Uma Análise do Ciclo de Encontros entre a Rede Asa e FioCruz**, que está sob a orientação do Professor Jorge Huet Mesquita Machado.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se o(a) mesmo(a) a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, 19 de fevereiro de 2022.

**ANTONIO GOMES
BARBOSA:5 1470578387**

Digitally signed by ANTONIO
GOMES BARBOSA:51470578387
Date: 2022.02.21 11:33:33 -03'00'

Antônio Gomes Barbosa – Coordenador do Programa P1+2
CPF - 314.705.783-87



ANEXO F AUTORIZAÇÃO FIOCRUZ



Fundação Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ
Escola Fiocruz de Governo da Gerência Regional de Brasília – GEREB/EFG
Promoção Saúde Ambiente e Trabalho-PSAT

AUTORIZAÇÃO DE USO DE ARQUIVOS/DADOS DE PESQUISA

Declaramos para os devidos fins, que cederemos à pesquisadora Daniela daSilva, ao cesso à base de dados dos participantes, documentos, instrumentais metodológicos referentes ao do Ciclo de Encontros–Território Saudáveis e Sustentáveis no Semiárido Brasileiro – Vigilância Popular em Saúde em Tempos de Pandemia para serem utilizados na pesquisa: **Reflexões sobre uma Vigilância Popularem Saúde em Tempos de Pandemia: Uma Análise do Ciclo de Encontros entre a Rede Asa e Fiocruz**, que está sob a orientação do Professor Jorge Huet Mesquita Machado.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se o (a)mesmo(a) utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Brasília, 19 de fevereiro de 2022.

André Fenner